

Proletários de todos os países UNI-VOS!

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 3 de Setembro de 1994 • Preço: 150\$00 (IVA incluído) • N.º 1082 • Director: Carlos Brito

Neste número:

**Setembro
20 anos depois**
As questões actuais
e as respostas
dos comunistas

Carlos Carvalho
na abertura da Festa

**GOVERNO
MERECE
UM GRANDE BUZINÃO!**



Editorial

O «Avante!» presente!

Como já aconteceu o ano passado, o nosso jornal está presente com uma edição especial na Festa do «Avante!».

Trata-se de prosseguir uma iniciativa que se insere na vontade de estreitar os laços entre o «Avante!» e a grande iniciativa político-cultural de massas que é a sua Festa, dando ainda maior projecção a esta nas páginas do nosso jornal e maior projecção a este nas actividades da Festa.

Trata-se também de ir ao encontro do desejo dos nossos leitores de ver assegurada pelo «Avante!» uma melhor e mais pronta informação, na mesma linha de outras inovações que têm sido adoptadas no órgão central do PCP.

Nas páginas deste número, salientam-se, naturalmente, as reportagens dos actos inaugurais da Festa, tanto os artísticos e culturais, como os de natureza política, com destaque para o discurso de abertura do Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, que publicamos na íntegra.

Mas o leitor encontrará, também, muitas outras informações úteis sobre a Festa e os seus acontecimentos mais relevantes.

O «Avante!» que, no decorrer deste ano, já dedicou cinco suplementos às comemorações do 25 de Abril, não quis, mesmo assim deixar de concorrer com o seu contributo, para a ilustração do tema central da Festa - os vinte anos da Revolução de Abril - e integrou, neste número especial, um dossier sobre «o Setembro de há vinte anos», rememorando os acontecimentos de então, em especial o 28 de Setembro de 1974, através de peças originais e de transcrições de documentos da época. A memória e a experiência do passado, devidamente analisadas, preparam-nos e armam-nos para as batalhas do presente e as surpresas do futuro.

Este número especial do «Avante!» está, além disso, muito atento às grandes questões da situação política presente e às tarefas que delas decorrem para os trabalhadores, para todos os democratas e em especial para os comunistas. Procuramos responder a esta preocupação com um conjunto de peças originais que inserimos e onde se abordam: os perigos da revisão da Constituição; as manobras em torno da concertação social; as questões da solidariedade internacionalista na política do PCP; e a grande importância da próxima Conferência Nacional do PCP, sobre formas de organização dos trabalhadores no Partido.

Esperamos que este número do «Avante!» represente, para os que tomam contacto pela primeira vez com o nosso jornal, um incentivo à sua compra e leitura assíduas. Confiemos, igualmente, que, através desta intervenção especial, contribuamos para reforçar a compreensão da importância e indispensabilidade da imprensa partidária - do «Avante!» e de «O Militante» - e do esforço que é necessário continuar a fazer para, por todas as formas, aumentar a sua difusão.

CB



Abriu verde e cheia de vida a Festa dos 20 anos de Abril

O aumento da área de relva e as novidades da decoração saltaram aos olhos dos primeiros visitantes da Festa do «Avante!» que ontem passaram os portões da Atalaia. A breve cerimónia de abertura da 18ª Festa ficou marcada pela vivacidade e alegria das centenas de pessoas que encheram a Praça da Paz.

Pouco passava das sete da tarde de ontem quando Carlos Carvalhas, Álvaro Cunhal e outros dirigentes do PCP chegaram ao local para onde estava

marcado o acto solene de abertura da 18ª Festa do «Avante!» e onde já estavam centenas de pessoas - umas, porque decidiram começar mesmo por aqui a

sua festa, outras alertadas pelos sonoros acordes da Filarmónica Arrentelense. Ao som do «Avante, camarada», da «Internacional» e do hino nacional - tocados pela banda e acompanhados por aquele grande coro -, foram hasteadas as bandeiras portuguesa e do Partido.

Numa curta intervenção - que publicamos integralmente na página ao lado - o secretário-geral do PCP saudou os visitantes e construtores da Festa e falou sobre alguns temas quentes da actualidade política, frequentemente interrompido por aplausos (nomeadamente sublinhando a expressão da solidariedade para com os protestos dos utentes da Ponte 25 de Abril), palavras de ordem (saltando oportuna e espontaneamente «25 de Abril sempre, fascismo nunca mais!» quando Carlos Carvalhas se referiu ao 20º aniversário da revolução) e também fortes vaias (cada vez que vinha à baila o Governo ou o primeiro-ministro). O grande peso da juventude na concentração da Praça da Paz contribuiu nitidamente para a vivacidade e a alegria que marcaram o acto de abertura da Festa.

Rompendo lentamente por entre as pessoas que faziam questão de cumprimentar o secretário-geral e o presidente do Conselho Nacional do PCP, uma comitiva de dirigentes e activistas do Partido, acompanhada por alguns jornalistas,

começou pelo espaço central (e as ricas exposições ali patentes assinalando os 20 anos de Abril e recordando o combate contra o fascismo) uma volta, que só terminaria perto da meia-noite, na esplanada da Quinta da Atalaia. Pelo caminho, Carlos Carvalhas teve oportunidade de cumprimentar a delegação da CGTP-IN (Carvalho da Silva e outros dirigentes) que esteve na Festa a convite dos organizadores.

Melhoramentos

Saltam à vista, este ano, os resultados do esforço feito para tornar mais agradável o terreno da Festa. Relativamente ao ano passado, duplicaram os espaços verdes (e surgiram plataformas, abertas em esplanadas, da entrada da Medideira para o Palco 25 de Abril), foi construído mais um quilómetro de arruamentos e foram montadas tendas gigantes (o que permitiu alargar as zonas de sombra). Mas, como salientaram ontem à nossa reportagem os camaradas do Secretariado da Festa, houve também grandes melhoramentos a nível das infraestruturas invisíveis, como as redes de água, esgotos e iluminação.

O esforço foi compensado: o número de visitantes da Festa excedeu ontem o de qualquer outra noite de sexta-feira na Quinta da Atalaia.

■ DM



Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socio Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socio Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7ª-A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matricula: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A,
— 1100 Lisboa
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linho — 2710 Sintra
Tel. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B L. 227 — 4470 Maia
Tel. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A, 1100 Lisboa
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7ª-A, 1100 Lisboa
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Meska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)

50 números: 6 750\$00;

25 números: 3 487\$50

ESPANHA

50 números: 13 300\$00

EUROPA

50 números: 24 750\$00

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU

50 números: 26 650\$00

EXTRA-EUROPA

50 números: 39 950\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____ Tel. _____
Morada _____
Código Postal _____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.



Intervenção de Carlos Carvalhas na abertura da Festa Interromper e derrotar esta política e este Governo

No acto de abertura da 18ª Festa do «Avante!», o secretário-geral do PCP saudou os construtores e os visitantes da maior iniciativa política e cultural de massas que tem lugar no País. Ao abordar a actualidade política, com destaque para os protestos dos utentes da Ponte 25 de Abril, Carlos Carvalhas sublinhou que «não é com promessas e com falsas expectativas que se resolvem os problemas». Publicamos, na íntegra, a intervenção do dirigente comunista (subtítulos da Redacção).

Camaradas e amigos,
Aqui estamos, com alegria e com orgulho, construtores e visitantes, neste acto de abertura da Festa do «Avante!», justamente reconhecida como a maior iniciativa política e cultural de massas que anualmente se faz em Portugal, também ela uma grande afirmação do nosso Partido, da sua força militante, da sua juventude e do seu apoio popular.

Com alegria e com orgulho

Estamos aqui com alegria porque a Festa é isso mesmo, alegria, convívio, ponto de encontro de amigos e de camaradas. E estamos aqui com orgulho porque esta Festa é única no nosso país e porque foi erguida com o apoio entusiástico e o trabalho voluntário de milhares de militantes e de amigos do Partido. Com esse trabalho levantou-se esta bela cidade, que tem este ano uma nova concepção espacial e arquitectónica, que está mais verde, mais bonita e mais acolhedora.

Festa da juventude, da alegria, da amizade e da solidariedade, a Festa do «Avante!», obra dos comunistas, é Festa de Abril, visitada por milhares e milhares de portugueses e portuguesas de todas as idades e profissões, que aqui encontram um espaço de convívio e confraternização, numerosas realizações de carácter cultural, político, recreativo e desportivo. Festa que não dispensa, sem prosápias ou intolerâncias, o debate e a mensagem política, democrática e humanista do PCP.

E este espaço da Festa, de debate, confronto de ideias, apresentação de propostas e soluções, adquire um significado especial numa altura em que o PSD - aproveitando a abertura da revisão constitucional pelo PS com o

objectivo de conseguir maiorias de secretária - apresenta, com toda a arrogância, um projecto de revisão de verdadeira subversão do regime democrático, de liquidação de direitos, conquistas e valores do 25 de Abril. E isto num quadro em que se acentua a degradação da democracia política, o compadrio e a corrupção a partir do Estado e em que se verifica uma grande ofensiva contra os salários e os direitos dos trabalhadores duramente conquistados, e num ano em que enormes recursos e meios foram utilizados para branquear o salazarismo e o marcelismo e para se reescrever o processo revolucionário do 25 de Abril.

Por isso, a Festa do «Avante!» tem este ano como tema central os 20 anos da revolução dos cravos, dedicando-lhe não só o monumento da Festa como as mais importantes exposições: a exposição internacional de Artes Plásticas *Que viva Abril*, significativa e importante realização cultural e política; e a inédita exposição documental na base da imprensa e outras edições do PCP e de movimentos antifascistas do período de 1926 a 1974, a exposição *Sementes de Abril - os prelos da liberdade*, uma grande exposição política central concebida, não só para assinalar o passado mas, sobretudo, para lembrar que o futuro também está nas nossas mãos.

Mas, para tudo isto que são as instalações, os espaços verdes, as exposições, a arte e a beleza e todas as iniciativas que vão decorrer

nestes três dias, houve que contar com o esforço, a criatividade e o trabalho voluntário dos construtores da Festa, para quem vão os nossos palavras de reconhecimento e de saudação. De saudação calorosa a todos os membros do PCP e da JCP, a todos os homens, mulheres e jovens que deram o seu contributo para que o espaço da Atalaia tomasse forma, bem assim como o reconhecimento pela cooperação e compreensão que os moradores das urbanizações vizinhas têm demonstrado e pelo modo hospitaleiro como sempre têm recebido os visitantes que de todo o País aqui se deslocam nestes três dias.

Solidariedade, intervenção e combate

A Festa é também tempo e espaço de solidariedade internacionalista, de intervenção e de combate a uma política de concentração de riqueza, de reconstituição do capitalismo monopolista e de compadrio contrária aos interesses populares e contrária aos interesses de Portugal.

O Governo não tem nenhum projecto nacional, o seu grande projecto é o de se manter no poder por todos os meios, de modo a continuar a alimentar a corte do PSD, as suas clientelas,

os seus barões e os seus baronetes.

Esta política que cria graves dificuldades a largas camadas da população é cada vez mais contestada na rua por trabalhadores, reformados, pescadores, agricultores, estudantes, professores, que se vêem obrigados a protestar, a intervir e a lutar pelos seus direitos e aspirações. Pelos utentes da Ponte 25 de Abril que, com a sua vaia monumental de buzinações, disseram o que pensam das medidas do M.O.P. para a Ponte e do esbanjamento dos 300 mil contos gastos em propaganda!

Por mais que o sr. primeiro-ministro lave as mãos como Pilatos, a verdade é que é o Governo, com a sua arrogância e com a sua política, o responsável pela desestabilização social, económica e institucional, o responsável por orientações e medidas que agriem e entram em conflito aberto com os interesses das mais variadas camadas, grupos sociais e profissionais. A desvergonha, a prepotência e o abuso que fez do dinheiro dos contribuintes estão exemplarmente patentes neste processo da Ponte 25 de Abril. É um autêntico abuso do poder. E o primeiro responsável não é o ministro das Obras Públicas, é o primeiro-ministro. É o primeiro-ministro e é o Governo, que

merecem um grande buzinação e a sua substituição por um governo democrático ao serviço do povo e do País.

Pela nossa parte tudo faremos para combater esta política e este Governo, para mobilizar e para apoiar a luta popular, nas instituições e fora delas, contra as injustiças sociais, a acentuação das desigualdades, a corrupção, o compadrio, a subversão do regime, a submissão do interesse nacional ao interesse estrangeiro.

Como comunistas que fomos, somos e seremos, estaremos, estaremos e estaremos sempre no lugar que nos compete: ao lado dos trabalhadores, da liberdade, da democracia, da independência nacional.

Trabalhamos para interromper e derrotar esta política e este Governo. Estamos no terceiro ano em que nos afastamos da taxa média de crescimento dos países da União Europeia. Com a política do PSD, pedalamos para trás. E não é com promessas e com falsas expectativas que se resolvem os problemas do País. Mas também não se resolveriam com uma apregoada «nova maioria» que no essencial mantivesse a mesma política, substituindo uma clientela por outra sequiosa de se sentar também à mesa do Orçamento, por uma

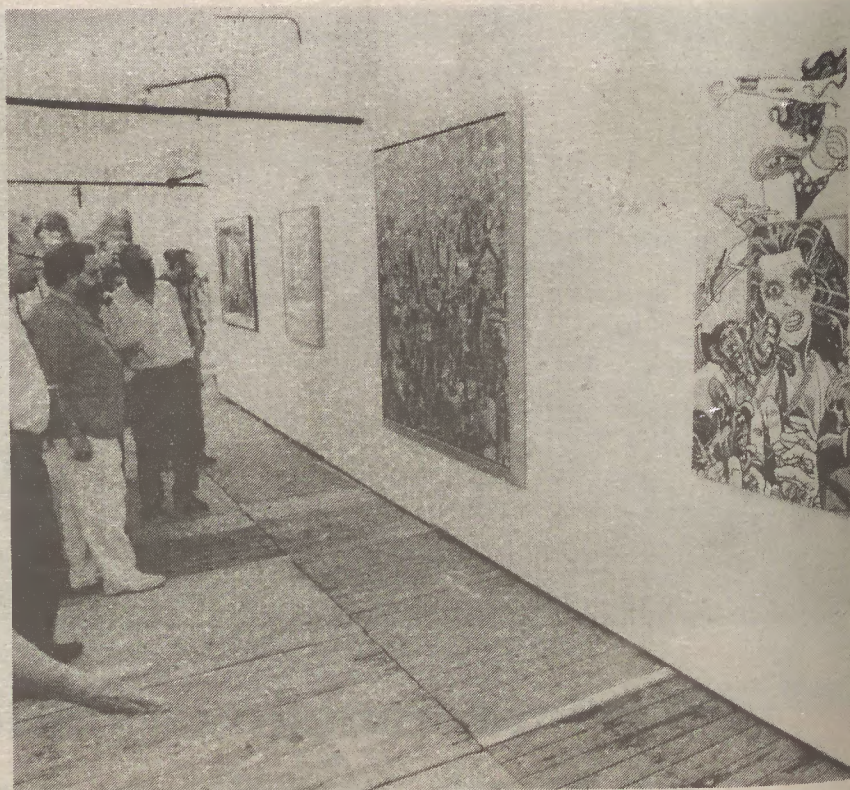
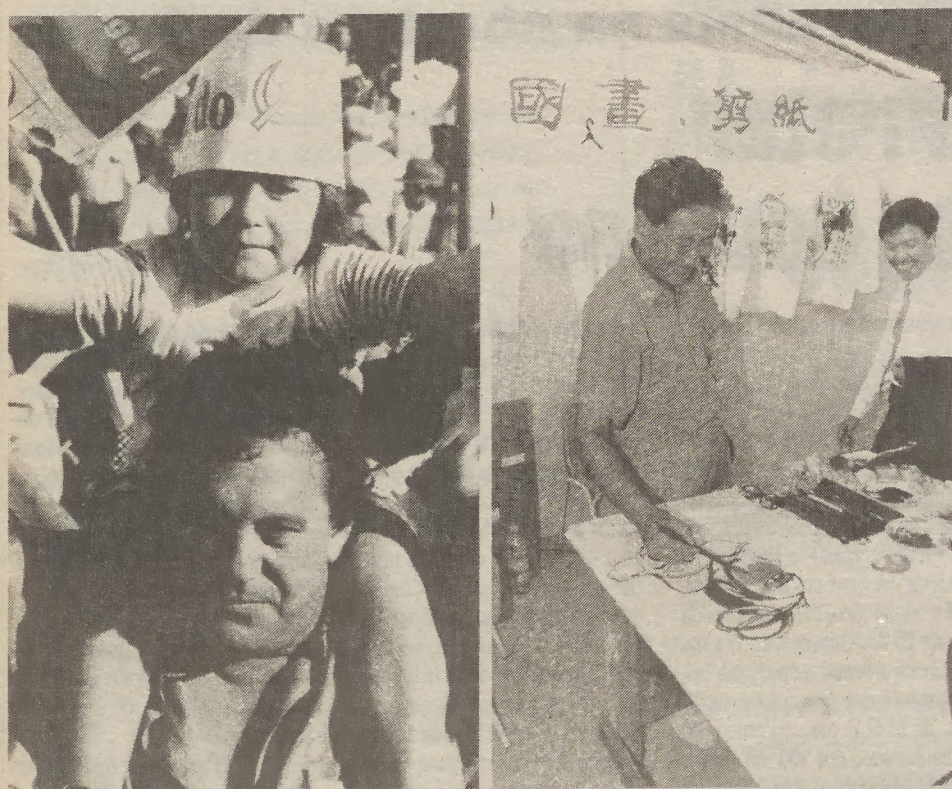
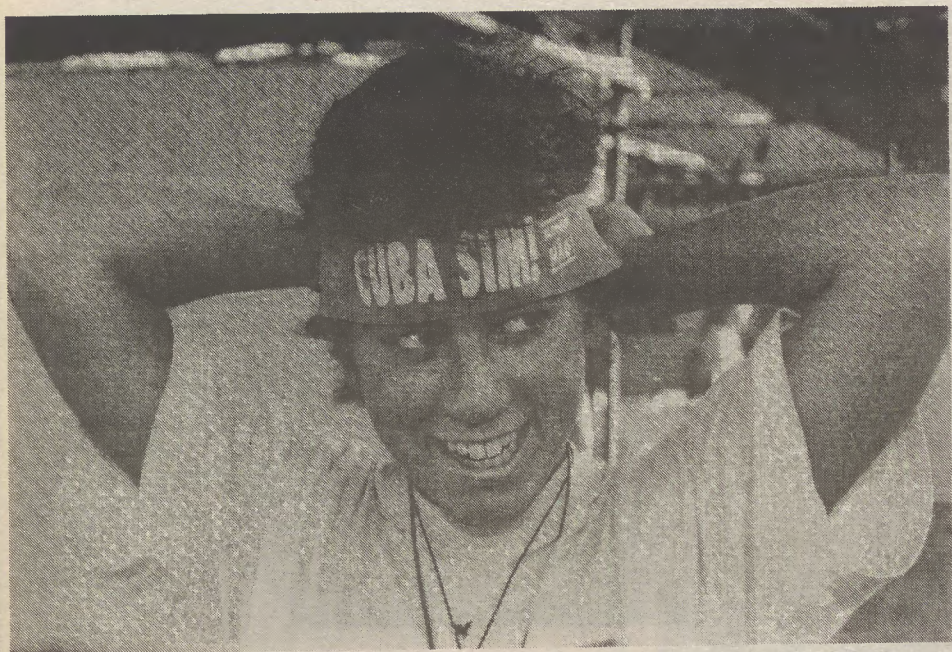
nova maioria que desse grande ênfase, no verbo, à política social, mas que na prática prosseguisse a política neoliberal da direita e as políticas de Maastricht, por uma nova maioria que apenas se distinguisse da actual por meio ponto acima ou abaixo em tal ou tal grandeza ou variável económica, ou que ridiculamente ressuscitasse o requejado «capitalismo popular», como fez agora o chamado «ministro-sombra» do PS para a Indústria.

Do que Portugal necessita é de uma ruptura com o cavaquismo, de uma nova política, que na prática e não apenas nos discursos aponte para a resolução dos problemas do País, uma política de esquerda que dê combate ao desemprego e às demais chagas sociais, que estanque a hemorragia do interior do País, que defenda a produção nacional e o relançamento do consumo interno e que concretize uma verdadeira estratégia de efectivo desenvolvimento nacional. Uma política que apoie e estimule quem produz e quem trabalha e que moralize a vida pública. Uma política que aprofunde a democracia política, económica, social e cultural. E essa política passa pelo PCP, partido da classe operária e de todos os trabalhadores, o grande partido de esquerda. O partido da alternativa, uma grande força do 25 de Abril, da democracia e da independência nacional.

A Festa do «Avante!» de 1994, que agora tem o seu início, é isto mesmo que já se vê aqui à volta, alegria e confraternização, mas também confiança, determinação e impulso para as lutas do presente e do futuro, ao serviço dos trabalhadores, ao serviço do povo português, ao serviço de Portugal.

Viva a Juventude
e a JCP!
Viva a Festa
do «Avante!»!
Viva o Partido
Comunista Português!





«Que viva Abril»

A exposição de artes plásticas

O pavilhão dedicado à exposição de artes plásticas que este ano, sob o lema «Que viva Abril» reúne trabalhos de vinte artistas portugueses e vinte e cinco estrangeiros, fica ali mesmo à beira do Café da Amizade. E foi neste espaço que ontem, duas horas antes da abertura da Festa, começaram a juntar-se aos membros da Comissão Organizadora da exposição alguns membros destacados da direcção do Partido. Estavam presentes ainda alguns artistas e jornalistas. Tratava-se de, em breves momentos, proceder à apresentação da exposição antes da «invasão» dos visitantes.

Manso Pinheiro, da Comissão Organizadora, lembrou, introduzindo os oradores, as muitas iniciativas e conjugação de vontades de amigos e camaradas que tornaram possível a exposição. E sublinhou a colaboração de Rui Mário Gonçalves e de Raoul Jean Moulin, os dois críticos cuja participação foi determinante para a realização da iniciativa.

Tomando seguidamente a palavra, Rui Mário Gonçalves referiu-se às intenções que presidiram à realização da exposição - tentar mostrar o alto nível estético dos artistas portugueses e a diversidade de tendências. O número vinte, adoptado em razão dos vinte anos que faz Abril, deixou certamente muitos artistas de fora. Mas «toda a exposição é uma amostragem e não um panorama definitivo», como disse o crítico.

Raoul Jean Moulin, por sua vez, quis agradecer à organização da Festa o ter dado lugar à arte contemporânea e aos trabalhos que são «testemunho do que representa sempre o 25 de

Abril - essa luz que se abriu num período em que reinava a morte».

«Para um revolucionário», disse, «o que importa é mudar o estado de coisas. E o criador vive isso em angústia permanente, indo à frente do acontecimento. Foi por isso que os artistas quiseram testemunhar através do seu próprio trabalho, e não fechados na representação alegórica. Os artistas que aceitaram expor os seus trabalhos não o fizeram por amizade, mas pelo empenhamento de estar convosco, connosco, nesta homenagem».

Por fim, José Casanova dirigiu aos presentes algumas palavras em nome da direcção do Partido, lembrando que o lema da exposição é o que a própria Festa comemora - os vinte anos de Abril. Agradeceu depois aos organizadores da exposição, aos dois críticos que com ela colaboraram, aos artistas participantes. E sobre esta participação sublinhou que, numa exposição colectiva, a escolha é obrigatória e que uma escolha obedece a critérios. «Seleccionar nem sempre é excluir», afirmou, «e mesmo quando o é, pode sê-lo no reconhecimento do valor, da qualidade e do talento dos artistas não incluídos. É isso que acontece no que a esta exposição diz respeito».

Referiu depois a Festa que ia começar e que



Rui Mário Gonçalves e Raoul Jean Moulin em animada conversa, depois da apresentação da exposição

mais uma vez propõe a milhares de pessoas um espaço de cultura, de debate e de diálogo, de solidariedade.

Seguiu-se a visita à exposição, que está patente até final da Festa e que estará no próximo fim-de-semana em Paris, na Festa do «Humanité».



20 anos de Abril Setembro 20 anos depois

A 18.ª edição desta nossa Festa do «Avante!» decorre muito justamente comemorando o

económico, social e cultural do país, apontou o rumo do socialismo.

Processo complexo e semeado de perigos, durante o qual, com determinação e coragem, por várias vezes os trabalhadores e o povo, alcançando conquistas históricas, foram chamados a defendê-las. O 28 de Setembro foi uma dessas batalhas, a primeira grande batalha em defesa da democracia que então se construía.

Setembro foi há vinte anos, também. E, num momento em que os portugueses se preparam para continuar e intensificar as suas lutas na defesa do que de Abril ainda permanece e que a política de direita de novo ameaça, este número especial recorda como foi há vinte anos, em Setembro. E, em outros artigos, desenvolve grandes temas que fazem e continuarão a fazer parte das preocupações e das tarefas dos comunistas, dos trabalhadores, dos democratas.

20.º aniversário do 25 de Abril de 1974, a Revolução Democrática que mudou a face do país, que derrubou o fascismo e que, num processo audacioso e complexo em que participaram os trabalhadores e amplas massas populares, em unidade com o Movimento das Forças Armadas, abriu os caminhos da liberdade, consumou a independência das colónias acabando com uma guerra injusta, transformou profundamente o quadro político,

SÁBADO, DIA 28, ÀS 15 HORAS
NA PRAÇA DO IMPÉRIO, EM BELÉM
**MANIFESTAÇÃO DE APOIO
AO GENERAL SPÍNOLA:
NÃO AOS EXTREMISMOS
SIM
À FIRMEZA
E
FIDELIDADE
AO
PROGRAMA
DO M. F. A.**

COMO A MANIFESTAÇÃO NÃO TEM CARÁCTER PARTIDÁRIO, PEDE-SE A EXCLUSÃO DE QUALQUER DÍSTICOS OU BANDEIRAS DE FACÇÃO POLÍTICA.

A ORDEM ESTÁ ASSEGURADA PELAS FORÇAS DE SEGURANÇA



Setembro de 1974

«A maioria silenciosa terá pois de despertar e de se defender activamente dos totalitarismos extremistas que se degladiam na sombra servindo-se das técnicas bem conhecidas de manipulação de massas para conduzir e condicionar a emotividade e o comportamento do povo perplexo e confuso por meio século de obscurantismo político».

Assim rezava Spínola, em 10 de Setembro de 1974, num discurso ao país no acto oficial do reconhecimento da independência da República da Guiné-Bissau, a que se vira obrigado. Estava dado o mote, com o apelo à «maioria silenciosa». A expressão fora buscá-la a Nixon, quando este se debatia com as grandiosas manifestações contra a guerra do Vietname, apelando a um apoio reaccionário à sua política derrotada. O resto do discurso não se sabe a quem o terá ido buscar. A ideia, entretanto, era não apenas sua como a partilhava com todos os saudosistas do regime fascista deposto, contando com outras então quase insuspeitadas culpabilidades. O saneamento do aparelho de Estado, a descolonização em marcha, as conquistas laborais, a afirmação, no terreno político de forças que visavam o aprofundamento das conquistas, da democracia e das liberdades, fazia avançar o processo revolucionário com um ímpeto que retirava ilusões aos que gostariam de uma liberalização de fachada. Os acontecimentos precipitavam-se. Estava na hora, para Spínola e seus parceiros políticos, de pôr termo à revolução. Respiquemos dos jornais da época* acontecimentos marcantes e contraditórios:

De 9 a 15 de Setembro

— Num plenário realizado em Lisboa, os motoristas desta cidade manifestam-se contra a greve dos transportes se esta for decidida pela entidade patronal.
— O contra-almirante Vítor Crespo partiu para Moçambique.
— É anunciado oficialmente que os motins de Lourenço Marques originaram 100 mortos e 250 feridos, sendo negros a maior parte das vítimas.
— Um novo diploma legal consagra que as rendas de casas alugadas se devem manter iguais às de 1971.
— O general Spínola deslocou-se ao quartel do Carmo para conferir posse de comandante-geral da GNR ao brigadeiro Freire Damião.
— O almirante Rosa Coutinho deu posse em Luanda ao elenco governativo provisório.

Álvaro Cunhal no VII Congresso

A vitória da Aliança Povo-MFA

Ao longo destes seis meses de liberdade, a reacção tentou por diversas vezes passar à ofensiva, pôr em causa a nova situação democrática, liquidar as liberdades e instaurar uma nova ditadura.

Com o professor Palma Carlos e seus cúmplices, o plano era de um golpe de Estado constitucional, em que seria o Conselho de Estado a atribuir plenos poderes ao general Spínola na pessoa do seu Primeiro-Ministro para que este pudesse organizar em menos de três meses uma mascarada eleitoral que elege-se o general Presidente da República, deixando assim de ser mandatado pelo Movimento das Forças Armadas e passando a ser mandatado pela Nação, o que lhe permitiria muito legalmente instaurar uma nova ditadura.

Com a operação da «maioria silenciosa», já não se procuraria uma cobertura constitucional. Seria a «Nação» que viria à rua, num ambiente de provocação armada, exigir a intervenção salvadora e os plenos poderes do general Spínola.

Nos aspectos gerais da preparação, houve semelhança nos planos. Num caso e noutro, as tentativas de golpe foram precedidas de acções de agita-

ção social artificialmente criadas por «greves» sem causa directa a justificá-las, por manifestações e provocações ruidosas de fascistas e esquerdistas a lançarem um ambiente de «desordem nas ruas» e de «caos» a dar razão aparente às exigências dos conspiradores. Será por acaso que precisamente no dia 27 de Setembro os aventureiros da TAP publicaram um comunicado alarmista dizendo não haver segurança nos voos?

A derrota da operação Palma Carlos saldou-se por uma importante perda de posições pela reacção. Pela derrota de Setembro, a reacção pagou ainda mais pesado preço.

Dois factores intervieram para essa derrota clamorosa.

O primeiro foi o movimento popular de massas, em que o nosso Partido representou decisivo papel. Quando a grande operação contra-revolucionária estava já lançada, foi o nosso Partido que desvendou os seus objectivos, que advertiu dos perigos, que compreendeu e indicou que a manifestação da chamada «maioria silenciosa» fazia parte de uma vasta conspiração para instaurar uma nova ditadura e que tomou a iniciativa de lhe dar abertamente com-

bate, assumindo as responsabilidades e os riscos.

Nesse momento, em que a tendência geral era para que a manifestação fosse autorizada, houve quem não acreditasse nos perigos, quem os subestimasse, e também alguns preferiram durante algum tempo ver em que paravam as modas.

Acompanhado firmemente desde o primeiro momento pelo Movimento Democrático Português, pela Intersindical e sindicatos, pelo Movimento da Juventude Trabalhadora e pela União dos Estudantes Comunistas, e por outras organizações democráticas, o Partido mobilizou as massas para dar combate à operação reaccionária.

A grande acção popular que, de norte a sul do País, em alguns casos com a cooperação das Forças Armadas, ergueu barreiras e sistemas de controlo e boicote nas estradas e nos transportes, que cortaram literalmente o caminho à «marcha sobre Lisboa» e desorganizaram e desarticularam o plano contra-revolucionário, inscreve-se como a mais brilhante e decisiva acção popular desde o 25 de Abril e como uma confirmação da força, da organização, da capacidade e do papel das massas na

defesa e na construção da democracia.

Depois, nas manifestações da vitória, enquanto milhares de comunistas, compreendendo a complexidade da situação política, enrolavam as suas bandeiras, outros houve que apareceram para desfaldar as suas a colher louros que lhes não pertenciam. O essencial não são, porém, essas pequenas incompreensões. O essencial é que a reacção não passou, e as forças populares e democráticas saíram reforçadas, temperadas e unidas da batalha vitoriosa.

O segundo factor da vitória, e que lhe deu, na fase final, todo o seu profundo alcance e significado, foi o Movimento das Forças Armadas. Intervindo com decisão na altura própria, detectando e desmantelando redes clandestinas, anulando a tentativa inicialmente bem sucedida de silenciar a TV, a rádio e a imprensa, o MFA, ao lado do povo e em defesa da liberdade, consumou a derrota estrondosa da reacção, que arrastou consigo o afastamento dos três generais reaccionários da Junta de Salvação Nacional e, finalmente, a demissão do general Spínola.

Objectivamente, há muito o prosseguimento do processo da democratização e da descolonização tropeçava com

Joaquim Gomes no VII Congresso

A grande derrota da rea

O adiamento das eleições para fins de 1976 e o pedido de mais vastos poderes para o Presidente do Conselho faziam parte da conjuntura contra o processo democrático. Se as exigências do primeiro-ministro fossem aceites, ameaçava-se a curto prazo a própria existência do Movimento das Forças Armadas e abria-se o caminho a um regime anti-democrático. Isto se assinalava na altura num documento da Comissão Política do Comité Central.

Os objectivos desta ofensiva eram exactamente os mesmos do fim de Maio. Só que os cenários e os figurantes tinham sido mudados. Esta manobra saldou-se também por uma séria derrota para os seus promotores directos e indirectos e uma significativa vitória para o MFA e o movimento popular.

Porém, em nenhuma das conspirações anteriores a reacção se comprometeu tão profundamente como no fim de Setembro. Nela se empregaram poderosos meios financeiros e humanos. Em nenhuma outra ocasião os reaccionários mostraram tão claramente o seu jogo. Arregimentando e burlando, à boa maneira fascista, populações mal esclarecidas, pretendiam através delas justifi-

car o golpe cujo cenário principal seria a manifestação de Belém.

A montagem da intentona engendrada em volta de uma suposta maioria silenciosa, que afinal não passava de uma minoria sediciosa, terminou em

estrondosa derrota. Contudo, as derrotas sucessivas da reacção não podem, não devem, conduzir a optimismos que enfraqueçam a vigilância.

O MFA e o movimento popular têm de investigar a fundo até onde se prolon-

gam as raízes da conspiração. É preciso saber quem pagou e distribuiu os bilhetes para a tourada do Campo Pequeno e quem organizou aí a provocação ao primeiro-ministro. Quem alugou e quem pagava mais de um milhar de camionetas que deviam ter marchado sobre Lisboa. Quem pagou e distribuiu as centenas de milhares de cartazes, manifestos e tarjetas, a convocar para a manifestação de Belém. E acima de tudo é preciso apurar de onde vieram as armas que os fascistas preparavam para utilizar contra o povo.

É preciso sanear o aparelho militar e de fronteiras que têm responsabilidade no tráfico de armas. O julgamento dos que conscientemente se envolveram na conspiração é uma exigência do povo português.

Não se deseja que no País se crie qualquer espírito de retaliação, mas é preciso defender as conquistas democráticas do 25 de Abril, pois o que está em causa é o futuro da democracia e a liberdade do povo português. É a independência da nossa pátria que os fascistas tinham empenhado ao imperialismo.

Contudo, as raízes da conspiração não se confinam somente àqueles que





a acção do general Spínola e daqueles três generais da Junta. Há muito as manobras e conspirações da reacção rondavam em torno deles. O general Galvão de Melo várias vezes, demasiado confiante, descobriu o jogo. Em todos os casos, quando o nosso exame seguia a pista da conspiração, éramos conduzidos invariavelmente para Belém. Em todos os esquemas (designadamente na tentativa de golpe constitucional de Palma Carlos e na grande operação contra-revolucionária do 28 de Setembro) o objectivo pretendido seria a tomada de plenos poderes pelo general Spínola, com a proclamação do estado de sítio, a repressão às forças democráticas, a dissolução do MFA, a liquidação das liberdades.

O general Spínola tornara-se um ponto de polarização das forças reacçãoárias e conservadoras. O fundamental da história do complexo poder político nos primeiros cinco meses decorridos após o 25 de Abril foi a história do conflito entre o MFA e as forças democráticas, de um lado, e as forças conservadoras, tendo objectivamente como aglutinador o general Spínola, então presidente da República, do outro.

Das mais importantes medidas de democratização e de descolonização, pode dizer-se que elas foram tomadas apesar do general. Este tivera em certo momento um papel positivo, como já temos dito. Mas tornou-se um travão a uma política democrática.

O 28 de Setembro fica sendo uma

data de transcendente importância na história da revolução democrática portuguesa. O poder político fica mais homogéneo e com maior capacidade operativa. Consolida-se o aparelho do Estado. Reforça-se o MFA e as forças democráticas. A aliança do movimento popular com o Movimento das Forças Armadas confirma-se como o eixo político das transformações democráticas do País.

É ainda cedo para medir todo o alcance da derrota da contra-revolução em fins de Setembro.

Se as forças progressistas souberem tomar as medidas adequadas e explorar a sua vitória em profundidade, poderá então afirmar-se que a construção da democracia em Portugal é um processo irreversível.

Não se julgue, porém, que os perigos passaram, que as forças reacçãoárias não têm possibilidade de recuperação e que daqui em diante tudo será fácil.

Isto não é assim. A reacção continua a ser forte e activa. Dispõe ainda de posições no aparelho do Estado. Dispõe do poder económico e utiliza-o contra o processo democrático e contra a descolonização.

E isso impõe, desde já e sem perda de tempo, precisamente agora que a reacção recuou parcialmente desmoralizada, medidas de emergência para defesa da liberdade, o reforço do Estado democrático e a solução dos problemas económicos e financeiros mais urgentes.

ccção

agora se envolveram mais directamente nela. Conspiradores são todos aqueles que utilizam o seu poder económico, industrial, comercial e agrário para sabotar a economia do País.

Conspiradores são todos aqueles que, ilegalmente, fazem sair do País somas enormes; são todos aqueles que, de modos diversos, traficam com o suor e bem-estar do Povo Português. Conspiradores são os que paralisam os investimentos, os que fraudulentamente encerram empresas e provocam o desemprego, todos os que tentam provocar o caos económico no País. Conspiradores são aqueles que, criminosamente, mandam incendiar searas, deixam colheitas por fazer e terras por semear. Conspiradores são ainda os que, a coberto da mais caluniosa campanha anticomunista de incriveis boatos, procuram enfraquecer e pôr em causa a aliança entre o MFA e o movimento popular de massas.

A vigilância das massas tem de estar cada vez mais atenta a todos os que, mesmo quando a coberto de palavras de ordem democráticas e pseudo-revolucionárias, procuram, artificialmente, criar ou empolar conflitos sociais. É preciso saber quem os sustenta e

empurra. Não se pode esquecer os milhões que a CIA gastou no Chile, sustentando grupos reacçãoários e esquerdistas que criaram as condições para o golpe fascista que esmagou a democracia naquele país.

A reacção, os exploradores e a multidão de parasitas que viviam do suor do Povo Português têm muito a perder com a instauração da democracia em Portugal. Não se pode, pois, pensar que desistam facilmente dos seus privilégios e interesses de classe. Eles ensaiarão novas intencões. Eles caminharão para o desespero na medida em que se alargarem as conquistas democráticas e forem fracassando as suas tentativas contra-revolucionárias.

A agudização da luta de classes não é invenção dos comunistas. Trata-se de uma realidade histórica que 48 anos de desenfreada exploração, de total ausência das mais elementares liberdades, a exploração e a guerra colonial ajudaram a criar e desenvolver. Com uma política em tudo contrária aos interesses do povo português, a reacção vai cavando o abismo onde ela mesma se afundará.

Todavia, da crise de Setembro algo

mais há a salientar que a derrota da reacção. Há que salientar com igual relevância a grande vitória das massas populares e do MFA. As barragens levantadas por todo o País para travar o passo à reacção, em que o nosso Partido teve papel de primeiro plano, quer na montagem quer na sua efectivação, representam não apenas uma vitória do movimento popular de massas de extraordinário alcance como afere o grau da sua consciência política e revolucionária. As grandiosas manifestações dos dias 29, no Porto, e 30, em Lisboa, organizadas em escassas horas, constituem só por si convincente demonstração de onde se encontram as maiorias, não silenciosas, mas perfeitamente conscientes do papel que lhes cabe na defesa da democracia.

A pretensa anarquia e desordem nas ruas, que certas pessoas invocam para justificar as suas manobras reacçãoárias e antidemocráticas, transformaram-se em manifestações de centenas de milhares de pessoas que deram a mais alta prova de consciência política e de apoio ao MFA e ao Governo Provisório.

A reacção calculava que 48 anos de obscurantismo fascista teriam bastado

para deixar o povo apático e despolitizado. Porém, 48 anos de miséria e opressão ensinaram-lhe que a vitória só pode depender da sua força, da sua determinação de vencer todos os inimigos, que sob os mais variados pretextos investem contra as conquistas do 25 de Abril. As massas populares aprenderam também pela sua própria experiência que a unidade na acção com o MFA é condição absolutamente fundamental para assegurar e consolidar o processo de democratização do País. Enfraquecer no mínimo que seja a aliança entre o MFA e o movimento popular de massa seria comprometer todo o processo democrático, seria fazer o jogo da reacção e do fascismo.

A vitória sobre a reacção alcançada no fim de Setembro criou novas e mais promissoras perspectivas a garantir o cumprimento e desenvolvimento do Programa do MFA, cuja efectivação o nosso Partido tem defendido e continuará a defender intransigentemente. Como até aqui, o nosso Partido assumirá as suas responsabilidades e defenderá dentro e fora do Governo os interesses da classe operária e de todos os trabalhadores.

Setembro de 1974

– Na reunião de Conselho de Ministros foi decidido enviar ao Conselho de Estado os diplomas que respeitam à criação dos partidos políticos e associações políticas.

– Vasco Gonçalves foi promovido a brigadeiro.

– Em conferência de Imprensa, Mário Soares, ministro dos Negócios Estrangeiros, declara que vão ser estabelecidas relações diplomáticas com todos os países africanos e asiáticos.

– Por iniciativa do Partido Comunista Português, realizou-se uma grande manifestação de apoio à FRELIMO e de regozijo pelo acordo de Lusaca.

– Segundo um grupo de democratas espanhóis, os Pides estão a ser bem recebidos pelas autoridades de Espanha.

– A cidade de Lourenço Marques começou a ser patrulhada por forças portuguesas e da FRELIMO.

– Continua por resolver o caso do capitão Peralta que ainda não foi libertado.

– Spínola e Mobutu encontram-se durante cinco horas na ilha do Sal (14/9/1974).

– O capitão Peralta é finalmente libertado (15/9/1974).

– Mário Soares encontrou-se em Paris com o presidente Leopold Sanghor e informou que Portugal tenciona debater a independência de Angola com o MPLA, a FNLA e a UNITA.

– A descolonização e a campanha que alguns sacerdotes fazem contra o comunismo através das suas folhas paroquiais foram alguns dos temas abordados pelo bispo do Porto no encerramento da 12.ª semana de estudos missionários.

De 16 a 22 de Setembro

– Cumprir o Programa do MFA e garantir a liberdade de informação são os principais objectivos da nova lei de imprensa apresentada em reunião com os autores do projecto.

– Os trabalhadores da Previdência pedem a destituição das direcções das Caixas e o saneamento das comissões administrativas.

– Por resolução do Conselho de Ministros, foram proibidas as actividades do Partido Nacionalista Português, em virtude de ele se propor derrubar as instituições democráticas.

– Mário Soares em Nova Iorque, no encontro com Macnamara, reivindica o apoio efectivo do Banco Mundial ao desenvolvimento económico português.

– O ministro Costa Martins, dirigindo-se a trabalhadores da Carris, afirma: «Não é com reivindicações visando a diminuição das horas de trabalho que se pode realmente construir o

Setembro de 1974

Portugal novo que todos queremos».

— Duzentos militares portugueses foram libertados pela FRELIMO numa aldeia ao norte de Moçambique. Samora Machel declara: «Esta medida marca o fim da guerra».

— Mário Soares nos Estados Unidos afirma: «O futuro de Macau terá de ser resolvido por acordo com a China».

— A Comissão Coordenadora do Programa do MFA diz em comunicado: «O Movimento das Forças Armadas empenhou-se numa opção política em defesa da qual se mantém firme e intransigente».

— Começam a surgir em Lisboa cartazes cuja origem e significado ainda são bastante confusos mas que parecem revelar um apoio ao Presidente da República. Durante a colagem desses cartazes registaram-se alguns acidentes. No texto do cartaz convoca-se uma manifestação, sem data, da «maioria silenciosa».

— Tomou posse em Lourenço Marques o Governo Provisório constituído por ministros escolhidos pela FRELIMO e por Portugal. Foi lida uma mensagem de Samora Machel em que se define que em Moçambique se vai construir uma sociedade socialista. O Governo de transição de Moçambique é chefiado por Joaquim Chissano.

— Kissinger, após encontro com Mário Soares, declarou que Washington vai examinar o pedido português de auxílio económico.

— À partida para Luanda, após uma breve estadia em Lisboa, o almirante Rosa Coutinho comunica que o Presidente da República, general António de Spínola, decidiu tomar em suas mãos todas as negociações internacionais que haja a efectuar sobre o futuro e desenvolvimento de Angola.

— O Sindicato dos Motoristas emite um comunicado em que se manifesta contrário à manifestação da «maioria silenciosa».

De 23 a 30 de Setembro

— Foi aprovado em Conselho de Ministros o texto da lei eleitoral.

— Portugal e a União Indiana concordaram em restabelecer relações diplomáticas.

— Os partidos progressistas, Sindicatos e trabalhadores começam a lançar comunicados manifestando-se contrários à manifestação da «maioria silenciosa».

Os Sindicatos Ferroviários apelam para que nenhum comboio seja posto ao serviço da manifestação.

— A Comissão Organizadora do Partido Social Democrata Português desistiu de continuar os seus esforços para a formação do partido, anunciou o dr. Adão e Silva.

— A situação de greve na

O golpe do 28 de Setembro

Excerto de «A Revolução Portuguesa, o Passado e o Futuro», de Álvaro Cunhal

A dinâmica que o movimento operário e popular imprimiu ao processo revolucionário e a rápida politização nas forças armadas encontraram a resistência dos sectores e elementos mais conservadores que se tinham colado ao MFA. Não era isto que esperavam, não era isto que queriam. Alguns haviam sonhado com uma ditadura militar que dirigisse e controlasse a instauração, a longo prazo, de um regime parlamentar cuja missão seria renovar as formas do poder político do capitalismo monopolista, sem pôr este de forma alguma em causa.

Invocando a cada passo a «pureza» dos objectivos do 25 de Abril, alguns sectores e elementos passaram a actuar para travar o mais rapidamente possível o processo revolucionário, para impedir a consolidação das liberdades e direitos alcançados de facto pela luta, para recompor a situação militar em África como garantia da execução de um projecto neocolonialista, para abafar a intervenção no processo de democratização da força social revolucionária mais consequente: a classe operária, tendo à sua frente o Partido Comunista.

Esses propósitos manifestaram-se logo após o 25 de Abril e vieram a polarizar-se em torno do general Spínola, então Presidente da República e da Junta de Salvação Nacional.

Apoiando-se em importantes sectores do poder político-militar, da Junta de Salvação Nacional e do Governo, em partidos fascistas recém-criados, no grande capital e nos agrários, em grupos fantoches em África, o general tornou-se o centro da conspiração.

Como Presidente até ao 28 de Setembro, fora das estruturas do poder até ao 11 de Março, encobriu, estimulou e encabeçou a conspiração para a liquidação da jovem democracia portuguesa.

Politicamente retráctil e agressivo, com grande capacidade de recuar rapidamente quando via estar em inferioridade de forças e em situação perigosa, logo voltava a atacar com extraordinária energia e confiança em si próprio. Quando à beira da derrota, para ganhar tempo, manifestava-se momentaneamente cordato, contemporizador, submisso ao adversário, concordando com tudo, mostrando-se repentinamente, se necessário, um homem de esquerda. Mas logo, passado o pior momento, partia à ofensiva.

Até à sua saída do País, o general Spínola esteve no centro das três principais tentativas de golpes contra-revolucionários: o golpe Palma Carlos, o 28 de Setembro e o 11 de Março.

Os três golpes tiveram uma preparação política semelhante: súbito desenvolvimento da ofensiva política das forças reacçãoárias e conservadoras, sabota-

gem económica, agudização de conflitos sociais pelo patronato com a colaboração de grupos esquerdistas, ambiente de desordem e insegurança nas ruas.

Em qualquer dos três casos, como noutras tentativas de golpes menos conhecidas (como o «golpe do Buçaco»), a conclusão pretendida era a tomada de plenos poderes pelo general Spínola, a declaração do estado de sítio, o desaparecimento do MFA, a liquidação das liberdades, a repressão do movimento operário e do PCP, a instauração de uma ditadura militar fascista ou reacçãoária.

Os golpes em si foram concebidos de forma diferente no seu acto final: um golpe de Estado ou revolução palaciana com Palma Carlos, uma grande operação política de massas a culminar por uma acção militar em 28 de Setembro, um *putsch* militar para a tomada de pontos-chave no 11 de Março.

O golpe de Palma Carlos ficou sendo conhecido pelo nome do Primeiro-Ministro do I Governo Provisório, mas na verdade o seu verdadeiro inspirador foi Spínola: Palma Carlos agiu como um peão do jogo, logo abandonado, quando perdeu a partida.

A reacção, ajudada activamente pelos grupos esquerdistas, criou o clima necessário de dificuldades económicas, conflitos sociais, «desordem nas ruas», provocações anti-comunistas, incêndios de searas atribuídos aos comunistas, exaltadas manifestações pseudo-revolucionárias em S. Bento, etc., para dar pretextos à operação.

Pôr fim ao «caos» económico, à «desordem social», à anarquia nos meios de comunicação social, à «traição» em África, eram objectivos do golpe. Depois de atender telefonemas de Belém, o Primeiro-Ministro declarava melodramaticamente que «não queria ser fuzilado como traidor à pátria por ter reconhecido a independência às colónias sem aprovação do povo português» e que «preferia sair agora de cabeça levantada do que daí a três meses num banho de sangue» (9-7-1974).

O golpe tinha um esquema simples: o Conselho de Estado daria plenos poderes ao general Spínola na pessoa do Primeiro-Ministro (que pessoalmente

tinha uma influência nula para além do cargo que, por incumbência, desempenhava); dentro de três meses haveria uma mascarada eleitoral para confirmar o general como presidente, não já por mandato do MFA, mas por «sufrágio universal», dando-lhe assim uma «legitimidade» contra o MFA, de forma a poder assumir plenos poderes; seria aprovada uma Constituição Provisória que adiaría as eleições para a Assembleia Constituinte para Novembro de 1976.

Sá Carneiro, secretário-geral do PPD e Ministro sem Pasta, participou activamente na urdida que levaria ao golpe. Para preparar nas forças armadas a aceitação dos plenos poderes e da ditadura Spínola, vai à Assembleia na Manutenção Militar (como já atrás foi referido) apresentar um quadro catastrófico da situação. Quando, no momento culminante do golpe, Palma Carlos pediu a demissão, ainda como forma de chantagem, os dois ministros do PPD, Sá Carneiro e Magalhães Mota, pediram-na também.



Durante alguns dias, o jogo de forças fez ainda balançar a solução da crise, ou no sentido da consolidação da democracia, como pretendia o MFA, ou no sentido da formação de um governo de direita, como pretendia Spínola. Falando «com o coração a sangrar» aos fuzileiros no dia 11 de Julho, Spínola afirmava que se vive um «momento de crise em que a Pátria continua doente» e «em perigo», um «momento de desorientação e de inversão de valores», em que se confundem «heróis com traidores» e apelava às forças armadas para que «assumissem as responsabilidades» para «entregar

aos vindouros o que herdámos dos nossos antepassados», de forma a que «Portugal fique uma vez mais devendo a sua sobrevivência, a sua independência e a sua autêntica liberdade às Forças Armadas».

Os partidos neofascistas — Movimento Federalista Português, Partido Trabalhista Democrático, Partido Liberal, Movimento Popular Português, Partido da Democracia Cristã —, que, com o apoio de Spínola, reclamavam participar no novo governo, viram desfeita a ilusão. A situação resolveu-se pela correlação de forças do MFA, de que a nomeação, no dia 13 de Julho, de Otelo Saraiya de Carvalho para adjunto do Comando Operacional do Continente (COPCON) e Comandante da Região Militar de Lisboa, foi um acontecimento significativo.

A derrota do golpe de Palma Carlos-Spínola conduziu à entrada aberta do MFA no governo, assumindo o coronel Vasco Gonçalves o cargo de Primeiro-Ministro (17-7-74).

ram as sucessivas tentativas do general Spínola, instalado no Buçaco, para provocar uma Assembleia militar que afastasse os capitães do 25 de Abril e alterasse radicalmente a correlação de forças.

A ofensiva política começou em fins de Agosto com a ampla difusão de manifestos clandestinos apelando para o general Spínola e exigindo a dissolução imediata da Comissão Coordenadora do MFA e a demissão do Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves, dos ministros militares e dos comunistas.

O grande capital monopolista, conluído numa grande frente promotora do «desenvolvimento económico» (MDE/S), oferecia demagogicamente, sob condição de garantias políticas, 120 milhões de contos de investimentos e 150 000 postos de trabalho. O Grémio dos Industriais dos Transportes Automóveis (GITA), inspirando-se no exemplo do Chile, programou o *lock-out* para 23 de Setembro. Dirigentes fascistas como Cazal Ribeiro, Moreira Baptista e Silva Cunha foram libertados. Na Penitenciária tem lugar um motim de pides, provocando alarme público. Coordenando a acção em Portugal com a acção em Moçambique e Angola, bandos fascistas tentam o já referido golpe de mão contra-revolucionário em Lourenço Marques, em 7 de Setembro. Spínola vai encontrar-se com Mobutu na ilha do Sal (14-9-1974) e recebe em Lisboa uma «delegação» das populações de Angola.

A 10 de Setembro, fazendo apelo à «maioria silenciosa», Spínola dera o sinal para a marcha sobre Lisboa.

Nos dias que se seguem, o Partido Nacionalista Português, o Partido Liberal, o Partido do Progresso, o Partido Trabalhista Democrático, mais tarde o Partido da Democracia Cristã, respondem ao apelo de Spínola, apelando por sua vez para uma grande manifestação. O PPD, que já se distinguira no golpe Palma Carlos e que mantinha relações com o Partido Liberal, apoiou no dia 12 o discurso de Spínola. No dia 17, o CDS promete apoio maciço.

A 20 de Setembro anuncia-se uma Comissão Nacional da Manifestação a que pertencem conhecidos conspiradores. A propaganda fascista atinge o rubro. Aparece o *Bandarra*, com Múrias à frente, apoiando o general. São editados e começam a ser afixados 500 000 cartazes da «maioria silenciosa» por bandos fascistas armados, que provocam desordens e arruaças. No dia 24, sai uma edição de 1 000 000 de exemplares em formato mais pequeno, uma parte dos quais é lançada de avionetas.

A Associação Livre de Agricultores (ALA), organização

■ António
Dias Lourenço

O 28 de Setembro de 74 no processo da revolução de Abril

dos grandes agrários, marca uma grande concentração junto a Belém para o dia 29 e anuncia para a mesma data uma «marcha» de milhares de tractores sobre Lisboa, de forma a poderem estar em Lisboa no dia 28. Procura provocar-se uma greve dos comerciantes da capital. De norte a sul do país, os reacçãoários oferecem passagens gratuitas para Lisboa e 1000\$00 em dinheiro de bolso por cabeça.

No dia 26, o general Spínola atrai o Primeiro-Ministro à tourada reaccionária do Campo Pequeno, iniciativa preparatória da manifestação, para aí ser insultado e vaiado. O general recebe directamente o cartaz da «maioria silenciosa» das mãos dos organizadores.

No dia 27, o general Galvão de Melo, então membro da Junta, apela para a manifestação. Os esquerdistas provocam uma súbita agudização do conflito da TAP, com o claro objectivo de contrariar a grande mobilização de massas e de voltar os trabalhadores não-contraria Spínola, mas contra o governo e contra o MFA, que Spínola atacava.

Nas vésperas da manifestação, Spínola convoca uma reunião do Conselho de Ministros e apresenta um ultimato ao governo. Acusa o governo de incapacidade e apresenta a necessidade da sua substituição. Faz um ataque cerrado ao PCP em termos que anunciavam o propósito de uma ilegalização. Exige medidas drásticas contra a RTP e as emissoras de rádio. Confirma a vontade de que a manifestação em seu apoio se faça, ameaçando quem se opusesse a ela.

Alguns ministros repeliram vivamente as ameaças. O representante do PCP no governo disse claramente que o PCP e os trabalhadores se oporiam à realização da manifestação por considerarem que punha em perigo a democracia.

No dia 27 para 28, Spínola fez ocupar militarmente as emissoras de rádio e suspender as emissões e os jornais diários e reteve durante algumas horas em Belém, praticamente presos, o Primeiro-Ministro e o comandante-adjunto do COP-CON.

O golpe foi desfeito pelo levantamento em massa dos trabalhadores e dos democratas, que, lado a lado com o MFA, cortaram o passo à reacção por todo o País, impediram a marcha sobre Lisboa e a manifestação e infligiram uma severa derrota à contra-revolução: demissão do general Spínola e de três membros da JSN, prisão de conjurados militares e civis, remodelação do governo com o reforço das forças de esquerda.

O acidentado processo da revolução de Abril continua, a vinte anos de distância, a suscitar atenções e a mobilizar o interesse de analistas e estudiosos da nossa história contemporânea.

No decurso deste ano e no âmbito das comemorações do seu vigésimo aniversário, um certo número de debates, iniciativas várias e contribuições de mérito de alguns dos intervenientes directos nos acontecimentos têm permitido aclarar e aprofundar factos e eventos ainda insuficientemente conhecidos desse processo revolucionário que, mesmo contraditório e inacabado, mudou a face do país.

Também, jogando com a erosão do tempo na nossa memória colectiva, alguns saudosistas do passado e pescadores interessados em turvar as águas, têm tentado inverter o carácter libertador do "Movimento dos Capitães", branquear o regime fascista, apeado em 1974, dos seus crimes, atentados e atropelos mais grosseiros às liberdades e direitos elementares dos cidadãos, simultaneamente denegrir aos olhos das gerações vindouras o 25 de Abril e as suas conquistas fundamentais.

Os golpes, conspirações e manobras dos inimigos de Abril são silenciados ou os falsificadores da História tentam dar deles uma versão manipulada de acordo com a sua visão política e de classe de branqueadores do antigo regime.

Acontece que, desde o 25 de Abril, uma geração de portugueses e portuguesas nasceu, cresceu, tornou-se adulta, ascendeu à cidadania e à maturidade política.

Formada na liberdade conquistada e felizmente poupada às restrições, à repressão terrorista e às prepotências do regime fascista, sucede, como é normal na passagem dos tempos, que se encontrou com a dos que viveram e sofreram na sua existência diária e muitas vezes na própria carne os tormentos e as duras provações do regime apeado pela revolução, uns e outros empenhados agora na tarefa complexa e sempre actual de construir o futuro imediato e de médio prazo.

Este encontro de gerações que se processa na actualidade tem, necessariamente, de ser frutuoso, tem de completar-se e complementar-se.

Os que de formas e em condições diferentes soubemos convergir no essencial e fomos compartes e obreiros dessa transição singular da nossa história pátria, temos ainda algo de importante a transmitir às gerações do após-Abril.

E temo-lo, entre outros, em dois aspectos fundamentais:

Primeiro, o da reposição da verdade histórica quando aqueles círculos saudosistas intentam adulterar os factos e impor como verdades incontestáveis a sua leitura falsificada dos acontecimentos e do processo revolucionário;

Segundo, o de recolher e condensar para os grandes embates do presente e do futuro imediato uma experiência, vivida e válida que não devemos consentir que se dilua na poeira dos tempos.

Este número especial do "Avante!" é, justamente, dedicado ao vigésimo aniversário da "Revolução dos Cravos".

E como estamos em Setembro e à distância de poucos dias de outro vigésimo aniversário de um dos mais marcantes acontecimentos do processo de Abril - o da fracassada conspiração da automeada "Maioria Silenciosa" de 28 de Setembro de 1974 - a ele se referem as linhas que se seguem.

Resultados e lições do 28 de Setembro

O 28 de Setembro de 1974, logo após o falhanço em Julho da perigosa conjura de inspiração spinolista que ficou conhecida por "golpe de Palma Carlos", chefe do I Governo Provisório, advogado e professor universitário de larga nomeada, estreitamente ligado ao capital financeiro da época, foi, até àquele momento, a mais séria arremetida da contra-revolução, visando aniquilar e inverter o processo revolucio-

nário de Abril e, principalmente, impedir pela força das armas a concretização de dois dos grandes objectivos programáticos do MFA - Democratizar e Descolonizar -, uma intencional golpista (cujos verdadeiros inspiradores e autores estão ainda por trazer ao conhecimento integral do povo português) para salvar e manter intacto de imediato o poder dos monopólios e o império colonial.

Como passo prévio da conspiração foi cuidadosa e habilmente organizada a célebre e provocatória tourada do Campo Pequeno para a qual o Presidente da República, o então general Spínola, designado para esse cargo pelo MFA em 15 de Maio de 74, quase exigiu a presença do Primeiro-Ministro do II Governo Provisório, o general Vasco Gonçalves, que foi, como se sabe, acolhido por uma enorme vaia de insultos pelos ocupantes da Praça.

Ruidosamente trombeteada e propagandeada pelos seus organizadores, incluso com a edição clandestina na empresa Eminco de muitos milhares do celebrado cartaz com um grande rosto aterrorizado e amordaçado apelando à manifestação da autodenominada "Maioria Silenciosa", a golpaça, pela resposta pronta, firme e decisiva do movimento operário e popular, das forças democráticas convergentes e dos militares revolucionários, acabou por se transformar numa transparente demonstração do isolamento político da "minoría sediciosa" como ficou conhecida para a posteridade.

Entretanto, o 28 de Setembro, além da estrondosa derrota dos seus organizadores e da consequente vitória e consolidação do processo da Revolução de Abril, que no seguimento retomou o seu curso, teve outros resultados de extrema importância para o conhecimento ao vivo da anatomia ideológica e política interna do MFA (que os menos informados julgavam politicamente homo-



génea) e para o conhecimento do próprio e verdadeiro carácter da Revolução de Abril.

Dois deles foram de extrema importância para a leitura objectiva dos acontecimentos posteriores:

1) - Permitiu evidenciar de maneira inequívoca aos olhos do povo português e dos observadores estrangeiros que acompanhavam interessadamente o processo da Revolução em Portugal, a natureza interna política e socialmente heterogénea do MFA, os móveis e a força intrínseca e relativa das suas diversas componentes;

2) - Pôs à prova e em evidência a força, a composição e a dinâmica revolucionária da Aliança Povo-MFA, o grau de maturidade e de consciência política do movimento popular de massas, pôs em relevo a verdadeira linha divisória que separava no nosso país a revolução da contra-revolução, a democracia da antidemocracia.

No primeiro caso, o ter-se evidenciado com clareza à luz do dia o carácter heterogéneo do MFA, permitiu que viessem à superfície os interesses ocultos que norteavam o comportamento de alguns altos dignitários do poder político e do

(Continua na pág. seguinte)

■ Agostinho Lopes

Uma Conferência para fazer avançar o Partido

Com um objectivo bem preciso, «Reforçar e renovar a organização e a intervenção do Partido no seio dos trabalhadores», o Comité Central convocou para 26 de Novembro uma Conferência Nacional do Partido. A oportunidade política da iniciativa é inegável. A sua necessidade e importância também.

A ofensiva do capital assume uma amplitude extrema e riscos evidentes para o mundo do trabalho. Não é já e apenas a inauguração de um monumento ao empresário para glorificação da iniciativa privada, ou a gravidade de uma política e processos de privatização atingindo sectores básicos e estratégicos e serviços públicos essenciais. É a completa regressão social que se pretende. As propostas da CIP (Confederação da Indústria Portuguesa) e outras organizações patronais presentes no Conselho de Concertação Social são de uma exemplaridade brutal.

Perante o silêncio comprometedor do PS e António Guterres, com os argumentos e a defesa técnica preparados ao longo dos últimos meses por estudos académicos, notícias e artigos de opinião na comunicação social (e com o suporte ideológico e político das resoluções, transformadas em textos sagrados, da Comissão das Comunidades (o Livro Branco), da OCDE, do G7 (Grupo dos 7), do Banco Mundial, etc., etc.), o grande patronato e o seu Governo pretendem pôr em causa conquistas históricas dos trabalhadores portugueses alcançadas com o 25 de Abril. São pretensões do capital liquidar o direito ao trabalho, liquidar qualquer resquício de estabilidade no emprego e o salário mínimo, reduzir e fragilizar a própria capacidade de luta, ao pretender atingir os direitos à greve e à organização sindical e das Comissões de Trabalhadores nas empresas, e alcançar a legalização do exercício do lock out.

A convergência da ofensiva do patronato português na Concertação Social com o projecto de revisão constitucional do PSD, que pretende, de uma penada, eliminar qualquer cheiro de Abril, e em particular no capítulo das garantias e direitos dos trabalhadores, só torna mais evidente o escândalo e a gravidade da atitude do Partido Socialista, ao abrir graciosa e irresponsavelmente a porta da revisão constitucional, por estreitos e vesgos critérios partidários e de conquista do poder.

É neste quadro que a renovação e o reforço do trabalho dos

comunistas junto dos trabalhadores, na sua organização e intervenção políticas, na dinamização das organizações de classe, no impulso às lutas reivindicativas e de resistência à ofensiva do grande capital, assumem um relevante interesse e oportunidade.

urgência, no reforço da organização e envolvimento dos trabalhadores no seu partido, o PCP, na intensificação do combate ideológico e político, pela reafirmação do lugar estratégico da classe operária e dos trabalhadores. No presente e no futuro da sociedade portuguesa.

Problemas novos e velhas dificuldades

A tarefa de organizar os comunistas que trabalham numa dada empresa, o funcionamento

empresas, defrontam-se hoje com problemas novos e dificuldades velhas.

São problemas novos os resultantes dos processos de privatização, da política de falência do sector produtivo, da reorganização das estruturas e formas de gestão empresariais. É um cortejo bem conhecido de acontecimentos. Desmantelamento e desmembramento de grandes empresas do sector público, com o encerramento de diversas unidades produtivas e de serviços. A liquidação quase completa do sector mineiro. A destruição das UCP/Cooperativas da Reforma Agrária e a ruína de milhares de

me de subcontratação e sob outras formas de subordinação a uma empresa-mãe. É a «deslocalização» de empresas e sectores produtivos, em que o capital emigra à procura de mão-de-obra barata e mais dócil. É a «externalização» de sectores de actividades, em que os trabalhadores parece que saem mas em geral não saem, ficando a trabalhar na mesma empresa, mas por conta de outros patrões, ou mesmo dos «mesmos», com perda de direitos e o contrato de trabalho fortemente fragilizado.

São conhecidas as consequências sociais e políticas: milhares de trabalhadores des-

longa duração, e mesmo a massa dos agora denominados «excluídos sociais». Desaparecimento de pólos e núcleos estáveis da classe operária e fortes células do Partido. «Expulsão» de dezenas, senão centenas, de dirigentes sindicais, membros das Comissões de Trabalhadores e quadros do Partido, de uma presença e intervenção nas organizações de massas dos trabalhadores, de uma acção militante nas organizações operárias do Partido. São milhares de trabalhadores que vêm aumentar a sua dependência da entidade patronal por uma (nova) relação laboral precarizada.

São os problemas resultantes de um acelerado crescimento do número de empresas e trabalhadores assalariados nos sectores de serviços. É de destacar o peso e o papel dos trabalhadores da saúde (em particular médicos e enfermeiros), dos trabalhadores do ensino, alguns pertencendo a colectivos laborais de milhares de trabalhadores, como acontece com certas grandes unidades hospitalares. Também neste sector cabe referir as profundas alterações nos subsectores de distribuição e comércio, o processo de liquidação de milhares de pequenas empresas e o aparecimento de grandes superfícies comerciais, concentrando milhares de trabalhadores, em geral altamente explorados, precarizados e mal pagos.

É também neste sector que se expandem e diversificam categorias profissionais cada vez mais numerosas, como os quadros técnicos, investigadores, gestores, trabalhadores da comunicação social, etc., com um papel crescentemente influente no funcionamento da economia e da sociedade.

São os problemas que, não sendo novos, assumem uma dimensão nova, pelo volume de trabalhadores abrangidos (e ainda a subir em flecha), pelo carácter «legal» e «normal» que a ideologia dominante e as políticas de direita e social-democrata lhe atribuem. Resultado da ofensiva do grande capital e no contexto de uma elevada taxa de desempregados, a chamada flexibilização do mercado (da força) de trabalho, instabiliza e individualiza relações laborais, subverte (e/ou procura acentuar a subversão) a legislação laboral, liquida Acordos de Empresa e tenta destruir a Contratação Colectiva, retira direitos e garantias, multiplicando os trabalhadores com situações precárias, a prazo, com recibo verde



À afirmação eufórica do grande capital, do assumir ditatorial do seu poder na empresa e no Estado, devem responder os comunistas com redobrada

de uma célula de local de trabalho, o acompanhamento partidário do conjunto de camaradas dispersos por dezenas ou centenas de pequenas e médias

explorações agrícolas, o abate de barcos, da pesca artesanal à pesca longínqua. É a multiplicação de pequenas e médias empresas trabalhando em regi-

pedidos, pré-reformados ou reformados precocemente, dos quais uma grossa fatia vai engrossar as fileiras do chamado desemprego estrutural, ou de

Uma Conferência para fazer avançar o Partido

(os chamados «independentes»), a tempo parcial, etc. Todas estas situações tendem a criar novas linhas de divisão entre os trabalhadores, que podem sobrepor-se às tradicionalmente presentes por motivo de sexo, idade ou raça.

São ainda problemas novos todos os que, a propósito da introdução de novas tecnologias (e em particular de processos de automação) e novas estratégias de organização e gestão empresariais, decorrem de profundas alterações nas formas de organizar o trabalho, de gerir os tempos e os espaços na empresa: horários, ritmos, turnos, equipas, refeitórios, fluxos produtivos, etc.

Todos estes problemas se acrescentam e reforçam velhas dificuldades. A discriminação e perseguição dos quadros e dirigentes do movimento operário. Uma repressão de classe,

não pouco importantes, questões de ordem subjectiva, aquelas que afectam a consciência política e ideológica, os sistemas de valores e de representação dos cidadãos. Todas aquelas «coisas» que os levam a agir politicamente, a pertencerem a um partido político, a uma participação militante numa organização social ou política.

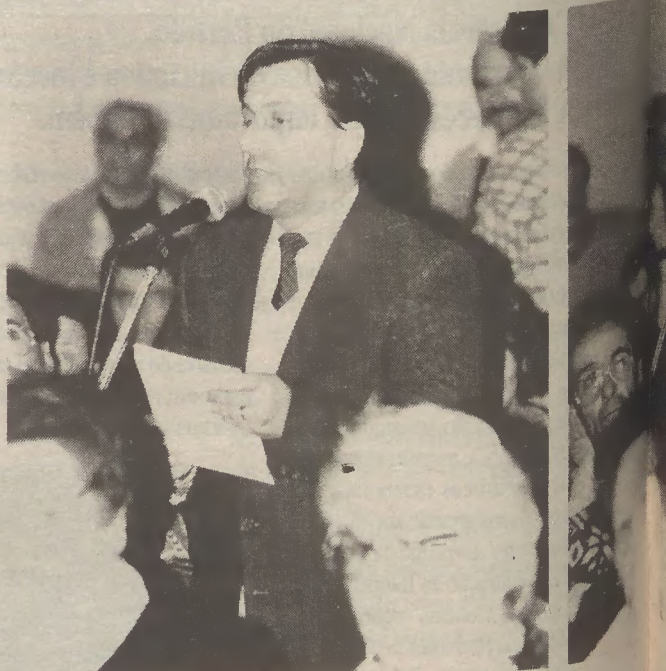
E na intervenção dos militantes do Partido e dos quadros dos movimentos de trabalhadores pesam questões de origem essencialmente política. O cansaço pela dura luta de resistência à ofensiva contra-revoluci-

receptividade às campanhas ideológicas do capital e da direita, e acentuam-se fenómenos de interiorização e aceitação de estatutos contratuais precários, desqualificados e mesmo repressivos.

Estes são alguns dos problemas, dificuldades, obstáculos e limitações que colocam questões e interrogações, suscitam análises mais aprofundadas e a confrontação com a prática das organizações e militantes. Como, no quadro objectivo e subjectivo esboçado, organizamos os trabalhadores membros do Partido? Como estruturar os organismos e enquadrar os acti-

Um problema de direcção e uma questão ideológica central

Mas não bastam soluções inovadoras de organização e reestruturação, ou a melhor aplicação de formas e fórmulas já utilizadas, dirigidas às alterações objectivas nas estruturas económicas e sociais do tecido produtivo e rede de serviços, e às mutações e condições objectivas e subjectivas que hoje atravessam e suportam os trabalhadores, ao nível das relações laborais, da consciência



sistemática, violenta, mesmo quando é feita de luvas, e que termina não poucas vezes com o despedimento. (Uma repressão pouco divulgada pela comunicação social dos nossos dias e do nosso país.) As dificuldades provocadas pelo alongamento da jornada de trabalho (diária, semanal, e mesmo anual, com o sacrifício das férias), reduzindo os tempos de lazer e de convívio, e coarctando drasticamente a disponibilidade para a acção sindical ou militância política. Feito no interior da empresa pela realização de horas extraordinárias, ou no exterior pelo recurso aos biscates, tem na origem um salário curto, despesas familiares acrescidas com a saúde e a educação, ou provocadas por uma publicidade incentivadora do consumo. Ou então, e não poucas vezes, pela pressão patronal.

A este complexo quadro de obstáculos objectivos juntam-se ainda as muitas e variadas, e

onária e a tristeza pela derrota de importantes conquistas de Abril, o desânimo e a perda de perspectivas em resultado do afundamento da URSS e de outros países socialistas, o assumir sentimentos de frustração e impotência perante a prolongada estadia da direita no poder e a permanente incoerência, ambiguidade, quando não o frete e a colagem do PS à direita, obstaculizando uma credível alternativa política e de poder, democrática e de esquerda, uma brutal campanha anticomunista contra o socialismo e o movimento operário.

A estes posicionamentos e estados de espírito de fundo político somam-se as profundas mutações que atravessam o conjunto da sociedade portuguesa (e outras), neste fim de século, alterando valores, hábitos, modos de vida e aspirações. Alteram-se, por estes motivos, disponibilidades para a acção política e social, aumenta a permeabilidade e

vistas? Como reforçar e renovar o núcleo militante dos movimentos de trabalhadores? Como melhorar a necessária articulação do trabalho de direcção política do Partido na empresa com os comunistas eleitos nas estruturas unitárias e sindicais? Como fazer, nas novas condições, as reuniões de militantes da empresa e qual o seu conteúdo? Como fazer crescer a disponibilidade revolucionária, recrutar novos membros do Partido, formar e responsabilizar novos quadros?

Mas a necessidade de formas orgânicas e de intervenção política inovadoras, ou a aplicação de soluções conhecidas e confirmadas pela vida e experiência partidárias, para responder aos problemas e dificuldades levantados, colocam à partida uma exigência fundamental: o trabalho persistente, confiante e militante dos comunistas. A Conferência não descobrirá as respostas que o trabalho dos comunistas não semeie!

social e política, da disponibilidade militante... São necessárias, o que habitualmente designamos por medidas de direcção: o reforço da atenção e do espaço na actividade dos organismos do Partido, mais quadros e outros meios para este trabalho, que permitam desenvolver, renovar e fortalecer as estruturas orgânicas do Partido, dinamizar e intensificar a iniciativa política e a acção de massas.

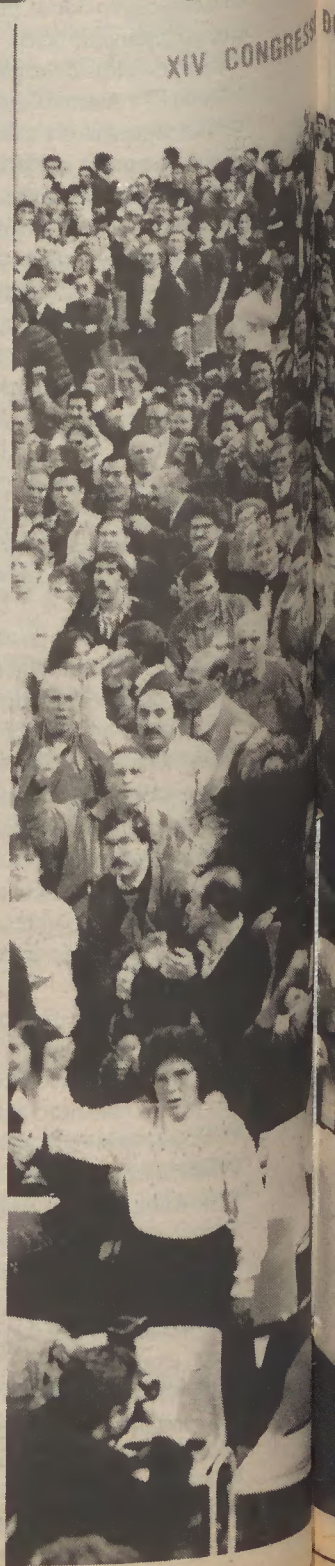
A dinâmica política tende a ser completamente absorvida pelo funcionamento das instituições, pelo exercício do poder pelos eleitos e, em particular, pelas eleições. Raro é o ano em que um acto eleitoral não nos obriga a uma elevada (e necessária) concentração de energias e de meios. Este é um questionamento que a Conferência deve levar a todas as organizações: temos a melhor, a mais equilibrada e adequada (para um Partido como o nosso) distribuição de forças, entre as

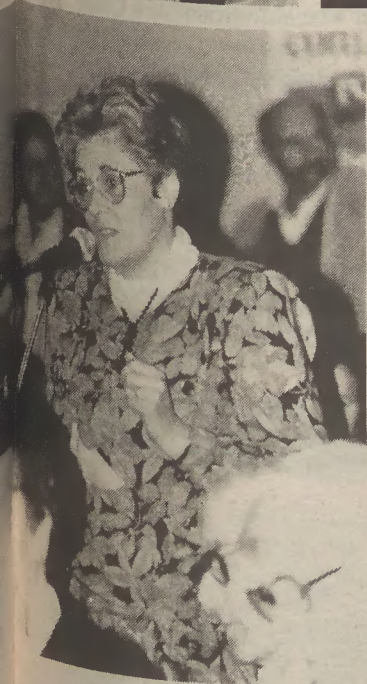
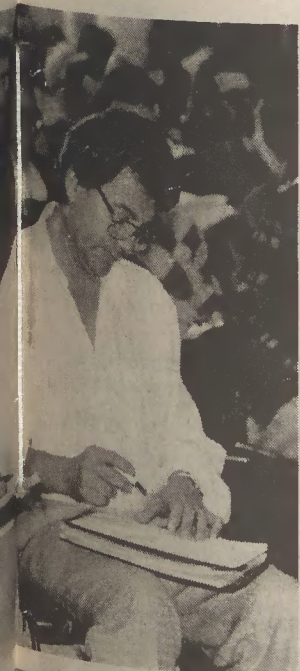
múltiplas e diversificadas actividades, pelas quais dispersamos os nossos quadros e militantes? Não são demasiadas vezes os quadros e os organismos dedicados à organização e intervenção junto dos trabalhadores desviados ou absorvidos por outras, ainda que importantes, tarefas? Ou precisamos de estabelecer prioridades (não só em palavras), concentrar atenções e forças, e fazer certas opções?

Este problema da direcção conduz-nos, aliás, à questão ideológica central que está na base da Conferência e da própria identidade do Partido: a organização e intervenção políticas dos trabalhadores na empresa ou local de trabalho. O direito a fazer política na empresa e a levar a política do Partido aos outros trabalhadores e camaradas de trabalho.

O patronato e a ideologia dominante tudo fazem para «expulsar» a política (a feita pelos trabalhadores) da empresa. Pretendem que estes «dispam» à porta da empresa a sua dimensão política e assumam o papel de simples factor de produção, o «capital humano». O que, aliás, é perfeitamente coerente com os limites em que as forças de direita, e não só, pretendem encerrar a actividade política dos cidadãos: o assistir às campanhas eleitorais e, em particular, o acto de votar.

A importância-chave e o direito que atribuímos aos trabalhadores comunistas na criação e dinamização de estruturas orgânicas e políticas para fazer política na empresa e





to e do Governo contra os trabalhadores, revisão da Constituição, preparação e concretização do Debate com o País.

Não partimos para o debate com esquemas nem ideias feitas. E da Conferência não resultarão certamente receitas, soluções milagrosas ou univer-

para um Partido revolucionário, que quer preservar a sua identidade e natureza, de partido da classe operária e de todos os trabalhadores. O que reclama uma exigente análise da situação e dos problemas. Uma mais rigorosa busca das respostas que, sem tapar os olhos a desâ-



sais para os problemas que enfrentamos.

O seu êxito estará dependente da verificação conjunta de três condições: a sua cuidadosa preparação e planificação pelas organizações partidárias aos diversos níveis, a intensidade e largueza do debate preparatório, o envolvimento de todo o Partido.

No desenvolvimento do debate preparatório devem

nimos e a fenómenos de desmobilização que existem, às dificuldades objectivas e subjectivas que conhecemos (e não desistimos de vencer), permitam caminhar para o desejado reforço e renovação da organização e intervenção do Partido junto dos trabalhadores, e possam contribuir para o desenvolvimento das organizações de classe, para o êxito das lutas dos trabalhadores portugueses.

DO PCP - CONFIRMAR - AFIRMAR - RENOVAR



levar a política do Partido à empresa e aos trabalhadores, resultam também de que esse é um caminho para fazer coincidir o trabalhador que luta com o cidadão que vota, para ligar os problemas imediatos e concretos dos trabalhadores às grandes opções políticas dos órgãos de poder e das diversas forças políticas e partidárias.

(É oportuno sublinhar aqui a enormidade dos que, pretendendo fazer da ligação eleitor/eleito o alfa e o omega de todas as razões para uma dita reforma do regime político e eleitoral, querem que os trabalhadores possam sentir-se representados politicamente pelo deputado que está e vota ao lado do grande patronato,

na ofensiva contra direitos e garantias dos trabalhadores...)

Um debate confiante e envolvendo todo o Partido

Exigindo iniciativas próprias e um trabalho específico, o debate preparatório e a Conferência devem fluir integrados com «naturalidade» na vida das organizações do Partido, e articulados com a necessária dinamização da luta de massas e as batalhas políticas que temos pela frente: resistência à ofensiva do grande patronato-

integrar-se a avaliação das medidas decididas e experiências em curso em algumas direcções regionais, bem como do trabalho de coordenação das células de algumas grandes empresas e sectores de âmbito nacional.

*
* *

Os problemas e a situação expostos, ainda que em traços breves, necessariamente sintéticos, mostram a extrema complexidade do trabalho e do combate pela organização e intervenção social e política dos trabalhadores. Mas é um trabalho e é um combate decisivos

Sem idealizarmos situações, sem recusarmos os atrasos nesta frente de trabalho político e de luta, sem subestimarmos as perdas havidas, podemos, com confiança nas forças de que dispomos, «no precioso capital de confiança, prestígio e influência que os comunistas disfrutam nos locais de trabalho», dar passos em frente na concretização dos objectivos que colocamos à Conferência: sensibilizar e ganhar todo o Partido para esta tarefa, traçar orientações e concretizar medidas de organização e direcção que respondam às exigências que a nós próprios colocamos, como Partido dos operários e dos trabalhadores portugueses.

■ Carlos Brito

Alerta à revisão

A 13 de Julho, foi iniciado um novo processo de revisão da Constituição.

Se for consumado, representará a 4ª revisão da Lei Fundamental, aprovada pela Assembleia Constituinte dois anos após o 25 de Abril e que consagrou muitas das principais conquistas democráticas alcançadas no glorioso período revolucionário que se lhe seguiu.

As duas primeiras revisões - de 1982 e de 1989 - traduziram-se, como se sabe, pela alteração de muitos preceitos e por graves mutilações e adulterações do texto constitucional.

A terceira, mais breve mas igualmente negativa, teve como objectivo essencial ultrapassar os obstáculos constitucionais à aprovação do Tratado de Maastricht e preparar a Constituição para novas transferências de soberania no quadro da União Europeia.

Nos três processos de revisão, os golpes desferidos contra o texto constitucional assentaram, depois de períodos de despiques, mais ou menos prolongados, na negociação, no compromisso e no entendimento entre PSD e PS.

Em relação ao processo de revisão agora iniciado, foi o PS que se tornou responsável pelo seu efectivo desencadeamento e que se mostra mais empenhado na sua concretização, o que faz aumentar o perigo daquela nefasta aliança não só em torno daquilo que o PS deseja, mas também para aquilo que o PSD quer.

O conhecimento dos projectos destes dois partidos e também do projecto do CDS, mostra, como veremos, que o PCP não exagerou quando, em declaração de 4 de Julho, do seu Secretário-Geral, Carlos Carvalhas, chamou a atenção do país para os perigos que a revisão representa «para o regime democrático e as conquistas sociais do nosso povo» e quando dias depois, em 14 de Julho, o Comité Central

são da Constituição, «feita ainda este ano», como se fosse essa a coisa mais importante para o regime e o país.

Surpreendeu, especialmente, que o Secretário-Geral do PS advogasse «uma reforma aprofundada do sistema político» para reconciliar o povo com a democracia, pois isso equivalia a absolver a governação do PSD, a grande culpada do divórcio, se existe e onde existe, pela degradação das condições sociais e pelas frustrações e desenganos que as suas falsas promessas eleitorais, nunca cumpridas, geraram em certos sectores da população.

Não se sabe que vozes miraculosas escutou Guterres naqueles fatídicos dez dias, mas sabe-se que a partir daí transformou a revisão numa urgente questão de Estado, fez dela o tema de uma intensa campanha política, multiplicou-se em entrevistas, deu nova conferência de imprensa a 16 de Maio, fez aprovar a ideia na Comissão Política e depois nas Jornadas Parlamentares do PS, entregou antes de mais ninguém o projecto de revisão do seu partido, que desencadeou constitucionalmente o processo.

Houve sempre entre os socialistas quem se inquietasse com tamanho frenesi e quem perceba que é absurda e um tanto infantil, mesmo só em termos processuais, a ideia de querer fazer em três ou quatro meses a revisão proposta por Guterres, mesmo que mais ninguém propusesse nada.

Em princípios de Agosto, já depois de conhecer as propostas do PSD, Almeida Santos escrevia na «Visão»: «Esta proposta do primeiro-ministro (em relação à eliminação das regiões administrativas) não bloqueia automaticamente a revisão constitucional, mas seria um acto patriótico adiar os seus trabalhos para depois das legislativas.»

Muito embora o PS não tenha esclarecido completamente, até hoje, qual é o sistema eleitoral que propõe (dizem uns que para aumentar propositadamente os equívocos e dizem outros que por ele próprio não saber), é evidente que «os círculos de um só deputado» conduzem à redução da proporcionalidade na conversão dos votos em mandatos, o que favorecerá os partidos com maior votação - PSD e PS - e permitirá, designadamente ao PS, ter mais deputados com os mesmos votos.

Guterres tem combatido a proposta do PSD de alteração da lei eleitoral, escandalosamente bipolarizadora também, com o argumento de que visa «eliminar administrativamente o CDS», mas parece muito menos preocupados com os estragos eleitorais que a sua proposta possa provocar administrativamente ao PCP.

O Secretário-Geral do PS sofre imenso pela consagração dos tais «círculos de um só deputado», que tanto a experiência estrangeira como a nossa própria experiência histórica mostram que não produz maior aproximação de eleitos e eleitores, antes favorece os fenómenos do caciquismo e a adulteração da vontade do eleitorado. Na citada entrevista ao «DN», vai ao ponto de lançar o repto seguinte: «O PSD não quer as regiões. É lá com ele. Pois bem, nós estamos dispostos a aceitar que a criação de círculos de um só deputado se faça com base na divisão dos actuais distritos».



esclareceu: «Tal processo afigura-se politicamente desnecessário, inoportuno e susceptível de introduzir novas distorções e desfigurações na lei fundamental.»

Inquietante conduta do PS

Antes ainda de falarmos dos aspectos mais graves dos principais projectos já apresentados, voltemos à conduta do PS, tão estranha nas suas voltas e reviravoltas, que não é de mais classificá-la de inquietante. Repare-se.

Em 15 de Abril, o presidente do PS, Almeida Santos, no seguimento, aliás, de afirmações de outros dirigentes socialista, declarava peremptório ao «Independente»: «Já tornei público, e o Secretário-Geral do nosso partido, António Guterres, fez o mesmo, que seria pena e um indício de pouca responsabilidade por parte dos partidos políticos se consentissem, ou até se empenhassem para que a revisão se fizesse antes da eleições legislativas, ou mesmo das presidenciais.»

Dez dias depois, o citado António Guterres, discursando da tribuna da Assembleia na cerimónia comemorativa do 25 de Abril revelava, para grande surpresa de quem acredita na palavra e no sentido de «responsabilidade» do PS, o seu ardoroso empenhamento numa revi-

Confrontado com a possibilidade de um adiamento da revisão, na recente entrevista ao «DN», Guterres, embora sem assumir a questão a sério como Almeida Santos, vacilou um pouco - «se o PSD estiver disponível» - mas logo rematou: «Seria desejável que as próximas eleições para a AR já pudessem ter em conta inovações que garantam o maior prestígio do Parlamento e uma reconciliação entre a sociedade civil e a classe política.»

A grande hipocrisia

As próximas eleições para a AR, essas é que constituem a verdadeira obsessão da direcção PS e a razão que mais directamente a motiva nesta corrida para a revisão.

As alegações sobre o «prestígio do Parlamento» e a «reconciliação, etc.» representam a roupagem hipócrita com que se procura disfarçar uma operação de luta pelo poder, através de uma alteração muito pouco limpa das regras do jogo.

A questão central do projecto de revisão do PS e a questão mais concreta da campanha de Guterres a favor da revisão é, aliás, a alteração da lei eleitoral para a Assembleia da República, através da significativa síntese propagandística: «círculos eleitorais de um só deputado».



É o claro risco do cambalacho que aqui se desenha! Ainda a discussão não começou e já Guterres deixa de fazer questão da criação das regiões administrativas. Que mais está disposto a sacrificar para obter os tais «círculos de um só deputado»? Isto é que é especialmente preocupante.

Pontos capitais no projecto do PS são também: a eliminação da eleição directa e por representação proporcional das câmaras municipais, que passariam a ser monocolors; a «moção de censura construtiva» como instrumento para, de forma pouco democrática, facilitar a formação e garantir a sustentação e a impunidade de governos minoritários (especialmente de eventuais governos minoritários do PS) e também para garantir a impunidade, com desrespeito do funcionamento democrático das autarquias, das câmaras municipais partidariamente homogêneas que o PS propõe; a criação de pretextos para intromissões do Estado nos partidos políticos a eliminação da alta autoridade para a comunicação social, que foi, aliás, uma criação do PS e a transferência para a lei ordinária da configuração da instância de fiscalização do estatuto do audiovisual; a profissionalização das Forças Armadas.

da Constituição

Há, também, é claro, os direitos que o PS proclama querer conceder aos cidadãos independentes para apresentarem listas a todas eleições, de iniciativa legislativa, de referendo e de fiscalização sucessiva da constitucionalidade. Para além da natureza demagógica de algumas destas propostas, quando, por exemplo no caso da iniciativa de referendo, concedem mais poder a grupos de cidadãos do que aos partidos e grupos parlamentares e da duvidosa exequibilidade de outras nos termos propostos, trata-se, mesmo nos casos mais positivos, de bonitos gestos que não conseguem disfarçar o carácter egoicamente partidário de um projecto de luta pelo poder e sua conservação.

PSD - a «semântica» do capital

O projecto de revisão do PSD é apresentado pelos próprios autores como de «limpeza semântica» e de «alterações de tomo».

Com efeito, o projecto cavaquista visa, com especial gravidade, alterar profundamente as matérias relativas aos direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores e aos direitos e deveres económicos, sociais e culturais; visa reescrever, praticamente em tudo que é substancial, a constituição económica; visa restringir drasticamente a representação proporcional, com uma nova

São especialmente significativas algumas das propostas concretas do PSD em relação aos direitos dos trabalhadores, como a que limita o direito à greve e a que elimina as comissões de trabalhadores e cria em vez delas uns corporativistas «conselhos de concertação de empresa», sem quaisquer direitos. São igualmente significativas as propostas laranja em matéria de direitos sociais e culturais, como as que eliminam os preceitos relativos ao carácter tendencialmente gratuito do Serviço Nacional de Saúde e à progressiva gratuitidade de todos os graus do ensino público ou as que introduzem o privado, ao nível do público, na saúde, na segurança social e no ensino.

Em relação aos princípios fundamentais da organização económico-social, o PSD propõe a eliminação de todos os preceitos que referem «apropriação colectiva» «de acordo com o interesse público», a «planificação democrática», a «protecção do sector público e social», a «intervenção democrática dos trabalhadores». O mais esclarecedor é que propõe substituí-los por um único princípio: «liberdade de contratação e de organização empresarial». É a sua semântica! É a «semântica» do capital!

O reaccionarismo do CDS

O projecto de revisão do CDS distingue-se, também, pelo seu reaccionarismo primário e é uma peça ilustrativa do pensamento político do seu novo líder, Manuel Monteiro.

Assim vai o CDS. A sua «ultra-reaccionária revisão» é um bom esclarecimento para alguns que podem ser seduzidos por um certo populismo «moralizante» do seu líder. Repare-se que as campanhas de Manuel Monteiro não são verdadeiramente contra a classe política de que ele e os seus amigos fazem parte e de que colhem os privilégios, são simplesmente contra a democracia.

Que os cidadãos participem!

As notas que atrás se registam, mostram, com muita clareza, os altos riscos de o processo de revisão da Constituição já iniciado se saldar, se prosseguir, por gravíssimas alterações em relação aos direitos dos trabalhadores, aos direitos sociais e culturais, aos princípios da organização económica e, muito especialmente, em relação ao sistema político.

É claro que nenhuma alteração pode ser feita sem os votos do PS. Mas o PS conhece perfeitamente os riscos de qualquer processo de revisão com a actual composição da Assembleia da República e não deixou de desencadeá-la, insistindo, ao contrário do que dizia de início, nos apelos ao PSD para negociar.

Por isso mesmo, é necessário alertar a opinião pública e ganhar o movimento de massas para uma urgente intervenção visando impedir os cambalachos do PS com a direita e pressionar o adiamento do processo de revisão para depois das



Na verdade, o CDS visa, com especial gravidade: suprimir o preâmbulo da Constituição; proibir o aborto; eliminar a proibição de organizações que perfilhem a ideologia fascista; limitar o direito à greve; permitir o lock-out; limitar o direito dos trabalhadores à indemnização em caso de despedimento; minorizar as comissões de trabalhadores; eliminar o Serviço Nacional de Saúde e, em consequência, o seu carácter tendencialmente gratuito; eliminar a progressiva gratuitidade em todos os graus do ensino público; meter o privado em pé de igualdade com o público na saúde, na segurança social e no ensino; eliminar o direito à criação e fruição cultural; reescrever a Constituição económica em termos semelhantes aos do PSD; eliminar o princípio de representação proporcional e substituí-lo, na eleição para a Assembleia da República, por um círculo nacional de cem a cento e dez deputados e de círculos delimitados de apuramento maioritário; permitir o voto dos emigrantes na eleição para o Presidente da República, sem qualquer regra definida constitucionalmente.

O veso antiparlamentar de Manuel Monteiro é de tal ordem que o seu projecto de revisão vai ao ponto de propor que, durante o debate do orçamento na Assembleia, os deputados e os grupos parlamentares sejam proibidos de apresentar propostas que alterem «o défice orçamental nos níveis pretendidos pelo Governo». Esta nem ao Cavaco lembrou!

legislativas, para ser feito com uma nova composição da Assembleia.

É importante anotar que aqueles que alegam hipocritamente querer reforçar a democracia participativa e intervenção dos cidadãos, querem é fazer uma revisão da Constituição fulminante, em marchas forçadas, nas costas do povo, sem qualquer debate com o país, nem verdadeiro debate democrático na Assembleia da República.

Pois que os cidadãos participem e intervenham e desde logo para sustar uma revisão da lei fundamental que se pretende fazer à sua revelia!

Firmemente contrário ao processo de revisão iniciado, o PCP intervirá política e activamente no processo, como deliberou o seu Comité Central, para contrariar e combater as propostas de outros partidos, desfiguradoras do texto constitucional, e apresentará as suas propostas visando contribuir para a consolidação do regime democrático, o reforço dos direitos, liberdades e garantias, o desenvolvimento económico, a justiça e o bem-estar social, o acesso à criação e fruição culturais, a defesa da independência e soberania nacionais.

São estes os traços que caracterizarão o projecto de revisão que o PCP apresentará nos próximos dias e que se tornará, estamos certos, num importante instrumento de luta para defender e enriquecer a Constituição nascida do 25 de Abril.

redução do número de deputados (dos 230 actuais para 200 ou 180) e com a redução dos círculos (salvo o nacional se houver) a um máximo de 10 deputados, o que favorece a bipolarização e beneficia leoninamente o PSD; visa preparar o assalto da direita à Presidência da República através dos votos dos emigrantes regulado por lei ordinária feita naturalmente pela ainda maioria laranja; visa machadar o pluralismo partidário nas câmaras municipais através da bonificação das maiorias relativas até se tornarem absolutas; visa reforçar o modelo centralista através da eliminação das regiões administrativas; visa criar pretextos para perseguições a partidos políticos; visa acentuar a ingerência nos Tribunais através da eliminação do Conselho Superior de Magistratura.

É o projecto de um outro regime! É o projecto da perpetuação do cavaquismo no poder, cada vez mais autoritário e centralista, num país onde o espírito de justiça social seria eliminado da lei e do comportamento do Estado e com uma economia totalmente aberta ao domínio, à exploração e às negociatas do grande capital nacional e estrangeiro.

O que está em jogo na Concertação Social

■ Américo Nunes

Cavaco Silva gostou do "Acordo de Concertação" — Acordo Económico Social 91/94, apesar deste não ter sido subscrito na totalidade pela CGTP-IN, que apenas assinou as matérias relacionadas com a Higiene e Segurança e a Formação Profissional. Não admira que tenha gostado. Aquele processo negocial credibilizou decisivamente a concertação social junto da opinião pública, independentemente da forma, conteúdo e dos subscritores finais do "Acordo". Teve, entre outros efeitos, o de co-responsabilizar todos os "parceiros" pela política económica e social do Governo, o de fazer aceitar como bom o referencial salarial — conceito de tecto salarial negociado — e o de "adocicar" o pacote laboral que transportava no bojo.

Eleições e pacto social

O Acordo Económico Social em causa tornou-se também uma das principais bandeiras eleitorais nas eleições que deram a segunda maioria absoluta ao PSD.

Quem não se lembra de um Cavaco Silva de ar triunfante, mão no ar, mostrando nos comícios da campanha eleitoral de 1991 a brochura do pacto social para quatro anos, período de legislatura em que se propunha governar?

Sabemos hoje que apenas a parte que interessava ao patronato e era desfavorável aos trabalhadores foi integralmente cumprida, com benesses acrescidas pelo meio, como o foram os casos das alterações à lei da greve com a introdução dos serviços mínimos, o alargamento dos prazos de pré-aviso e as mexidas, para pior, no sistema de segurança social — com a subida de idade de reforma das mulheres de 62 para 65 — as alterações na fórmula de cálculo das reformas e nos critérios de atribuição do subsídio de desemprego, diminuindo o âmbito da sua aplicação.

As 40 horas semanais a atingir gradualmente até 1995 estão na gaveta; a subida do salário mínimo acima da média dos restantes salários foi logo esquecida; quanto aos 100 mil novos postos de trabalho então prometidos pelo Primeiro-Ministro não sabemos onde estão. Ao certo, o que podemos quantificar é a destruição de 440 mil empregos no período de vigência do Acordo Económico Social, apenas em dois sectores de actividade: 290 mil na agricultura e 150 mil na indústria transformadora.

Mas, qual será o número de eleitores que se lembram ou sabem desta parte da história?

Uma coisa é evidente — Cavaco Silva pensa que não serão muitos. Deu-se bem com o engodo e quer repetir a dose.

As propostas - as promessas e as intenções

Em fins de legislatura em face do novo ciclo eleitoral, Cavaco propõe-se desde já continuar a governar até ao ano 2000, tendo em carteira os 2,7 mil milhões de contos de fundos da CE, previstos no Quadro Comunitário de Apoio para execução do Plano de Desenvolvimento Regional.

Com a proposta de Pacto Social para o mesmo horizonte temporal, pretende agora obter mais um instrumento e condições que considera essenciais para ganhar as eleições e prosseguir a sua política.

É por isso que apresentou na "Concertação Social", em forma



de discurso político e em linhas gerais, até hoje ainda não explicitadas em sede própria e conteúdos concretos, a proposta de Pacto Social Global, traduzindo para português as orientações contidas no Livro Branco, mais negro que branco, aprovado em Bruxelas e com incidência nas áreas do "Desenvolvimento dos Recursos Humanos e Promoção do Emprego", "Flexibilidade e Eficiência do Mercado de Capitais", "Flexibilidade e Eficiência do Mercado de Trabalho", "Incentivos à Implementação de Estratégias Empresariais Competitivas", "Melhoria da Eficiência da Administração Pública", "Segurança Social" e "Política de Rendimentos e Preços".

Não obstante a terminologia tecnocrática e sofisticada usada para titular os capítulos do Pacto, não é difícil, para quem ouve os discursos e acompanha a política e a prática do poder laranja, entender os conteúdos e objectivos integrados nestes conceitos.

Por isso, a título de exemplificação, referirei apenas uma das promessas típicas que já começou a ser badalada aos quatro ventos.

O PDR, apresentado em Bruxelas para efeitos de obtenção de fundos, já previa, na altura, a criação de 100 mil novos postos de trabalho, no decurso da sua execução entre 1995-99. O Primeiro-Ministro já anunciou que, se houver pacto social, serão criados 100 mil postos de trabalho. A CIP já fez saber que, se os sindicatos cedem às suas pretensões, criará 100 mil postos de trabalho.

Fazendo contas de somar, as pessoas que ouvem tais promessas chegam naturalmente aos 300 mil. Mas não é verdade, trata-se sempre dos mesmos 100 mil empregos, já previstos desde o início do PDR (que, se existirem, serão independentes de haver ou não acordo), anunciados várias vezes, como aliás acontece com os milhões de contos que vêm da Comunidade.

Para além desta multiplicação dos mesmos valores, ninguém refere o número de empregos que vão ser liquidados naqueles cinco anos, certamente muito maior com a continuação de uma política que continua a privilegiar a especulação financeira e imobiliária à custa da destruição do aparelho produtivo.

O mesmo acontece com outras contendas do PDR. São sistematicamente divulgadas às fatias, fora do seu verdadeiro contexto, como se se tratasse de um moderno (e europeu) milagre da multiplicação dos pães.

Por aqui se vislumbra facilmente o carácter altamente manipulatório, recheado de má-fé e hipocrisia, de promessas, propostas e intenções, em que a bota não bate com a perdigota, retirando qualquer credibilidade ao tão apregoado diálogo social que, não resolvendo os problemas concretos dos trabalhadores, antes os agravando, não passa de facto de perigosa e enganadora "conversa fiada".

As propostas patronais e o projecto de revisão constitucional do PSD

A proposta maximalista e trauliteira apresentada pela CIP pode ser sintetizada da seguinte forma: redução generalizada dos impostos a pagar pelo capital; aumento da carga fiscal sobre os consumidores em geral que, como se sabe, são, em esmagadora maioria, os trabalhadores e os reformados; ir buscar mais dinheiro ao Orçamento de Estado sob a capa de incentivos às empresas; alterar a legislação de trabalho e eliminar as cláusulas dos contratos colectivos negociados na década de 70, com o objectivo de eliminar direitos e garantias relativas ao direito de trabalho e à segurança e estabilidade no emprego; às férias, faltas e feriados; às indemnizações por despedimento; à retribuição; ao horário de trabalho; à carreira e funções profissionais; à protecção social e saúde; ao exercício da actividade sindical na empresa e à protecção dos representantes dos trabalhadores; pretendem também e eliminação do salário mínimo e a redução dos custos salariais, entre muitas outras pretensões.

Estas propostas não são alheias ao projecto de revisão constitucional do PSD. Pelo contrário, têm entre si articulações diversas.



O cacete e a cenoura — o porco e o chouriço

No processo de concertação de 93/94, foram aprofundados e generalizados os métodos da mostra do cacete e da cenoura e da troca do chouriço pelo porco, já há muito utilizados pelo patronato na negociação dos contratos colectivos e agora elevados por Cavaco Silva à dignidade

de métodos de "Governo" para atingir objectivos do PSD.

O cacete consiste nas ameaças de mais desemprego; na chantagem de "ou assinam o acordo que eu quero" ou levam menos aumentos ou mesmo zero; nas acusações aos sindicatos, responsabilizando-os pelas consequências negativas da política que o próprio Governo leva à prática. A cenoura e o chouriço constituem os tais um ou dois pontos percentuais nos salários e nas reformas e o porco que pedem em troca é a cedência de direitos de valor incalculável, irrenunciáveis, conquistados pelos trabalhadores ao longo de décadas de luta e de grandes sacrifícios para os alcançar, actualmente consagrados nos contratos colectivos, nas leis e na Constituição.

Este ano, também em Agosto, foram iniciadas as mesmas manobras e chantagens. É assim que no dia 11, em fuga de informação para a Comunicação Social, organizada pelo Ministro Catroga, são anunciados "referenciais" para os aumentos salariais em 95: 6,5% caso haja acordo e 4,5% caso não haja acordo, e 10% para as pensões e reformas, embora tenuamente desmentidos de seguida, e mais tarde baralhadas com Catroga a falar em 3% e 4%, no prosseguimento da manipulação.

O Governo, ao divulgar uma questão tão importante antes de a discutir com os chamados parceiros sociais, não só demonstra uma total ausência de princípios e de regras mínimas de respeito pelos outros, como pretende manipular a opinião

pública a seu favor, tentando fazer crer que está interessado em dar aumentos e que são os sindicatos quem não os quer aceitar, escamoteando que quer receber o porco em troca do tal chouriço.

Também a afirmação optimista do Primeiro-Ministro, no seu discurso do Pontal, dizendo que as negociações estavam a correr bem, só pode ser compreendida, se integrada no quadro das manobras que se desenvolvem à margem das sedes próprias, em clima de trampolinice, maquiavelismo, secretismo.

Por parte da CGTP-IN, é dado adquirido que sem reposição de um clima de confiança e sem soluções para os problemas e conflitos existentes nos sectores de actividade e empresas, na base, não pode haver qualquer diálogo e negociação no topo.

As propostas da CGTP-IN — a luta dos trabalhadores

Os sindicatos aceitam a negociação em todo os níveis, mas jamais aceitarão a troca de direitos por um qualquer prato de lentilhas. Não aceitarão negociar macro-acordos em troca da negociação dos contratos colectivos sectoriais e de empresa.

Ao contrário, o desbloqueamento da contratação colectiva de base e a sua potenciação são condições prévias para eventuais negociações a níveis superiores.

É por isso que a única perspectiva segura que se apresenta aos trabalhadores e a luta, simultaneamente de resistência às tentativas de limitações e revogação de direitos e ofensiva em torno das reivindicações apresentadas pela CGTP-IN:

A defesa e promoção do emprego;

A modernização e desenvolvimento do aparelho produtivo e a valorização dos recursos humanos;

A necessidade de desenvolver o interior do país e de combater a desertificação e as assimetrias regionais, nomeadamente com o apoio à actividade agrícola e a diversificação das actividades económicas;

A melhoria da situação socioprofissional dos trabalhadores da Administração Pública;

A melhoria dos rendimentos do trabalho nas vertentes salariais e fiscal;

A defesa, o reforço da segurança social e a reformulação do seu financiamento;

A melhoria do sistema de saúde;

A adopção de medidas legais para dar eficácia à protecção da saúde, higiene e segurança nos locais de trabalho;

A garantia da efectividade dos direitos dos trabalhadores e da eficácia do trabalho.

Esta é a nossa base de partida. É uma plataforma de progresso e não de retrocesso. Estes são os nossos objectivos. É em torno deles que os trabalhadores se vão movimentar nos próximos tempos, escudados nos seus ideais e nas suas razões, confiantes de que será através de luta que acabarão por encontrar os caminhos da melhoria das suas condições de vida e de trabalho e dar a sua contribuição para o surgimento de outra política e de uma alternativa à actual maioria no Governo.

No plano da luta política e do tratamento mediático, a discussão sobre a revisão da Constituição tem estado centrada até agora no campo das alterações às leis e mecânicas eleitorais e na eliminação da regionalização. Mas o projecto do PSD pretende desferir golpes profundos, não menos preocupantes, nos direitos sociais e sindicais dos trabalhadores, dando guarida às pretensões do patronato no que respeita à eliminação de disposições que consagram a saúde e o ensino como tendencialmente gratuitos (recorde-se que a transformação do gratuito em tendencialmente gratuito foi uma concessão do PS em 89); ao abrir as portas à privatização da segurança social; ao propor a eliminação do conceito do pleno emprego como objectivo previsto na Constituição; ao enfraquecer a determinação dos critérios para a actualização do salário mínimo, nomeadamente o aumento do custo de vida e a exigência deste proporcionar um mínimo de estabilidade económica e financeira às famílias; ao direito de greve; ao permitir o lock-out; ao eliminar as Comissões de Trabalhadores; ao retirar dos limites materiais de revisão os direitos dos trabalhadores, das associações sindicais e das Comissões de Trabalhadores.

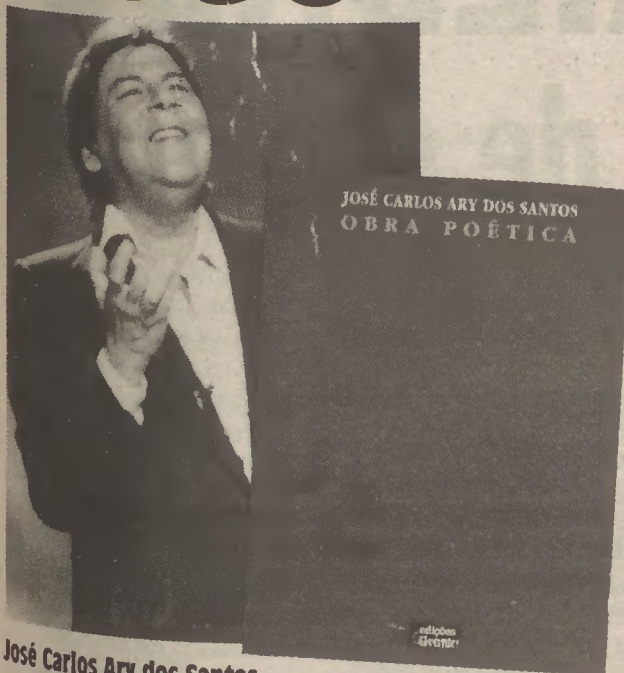
A ofensiva é, pois, global e articulada nos terrenos políticos, económico, social, cultural e de luta ideológica e, a consumir-se integralmente com o sentido que leva, pode significar o enterro completo do regime democrático emergente do 25 de Abril.

Quem pode faalr de forma séria sobre hipotéticos acordos com as organizações de trabalhadores tendo estes objectivos presentes?





DISCO



José Carlos Ary dos Santos

Obra Poética
3 500\$00 2 600\$00

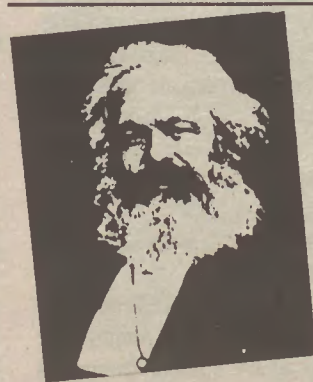
As Palavras das Cantigas
1 900\$00 1 500\$00

«... e ele-lo poeta todo mãos abertas para apanhar tudo o que a vida dá. Porquê esta voracidade? Leia-no...»
Natália Correia

Fidel Castro, *Um Grão de Milho*

Campanha de Solidariedade com Cuba

Preço especial: 2 700\$00 1 500\$00



Karl Marx

Tomo I

Tomo II

3 000\$00 3 000\$00
1 800\$00 1 800\$00



Tomo I + Tomo II
= 3 000\$00

Leve 2
pague só 1!

Literatura pra os mais novos

José Mattoso, Ana Maria Magalhães, Isabel Alcáda
1500\$00 cada título

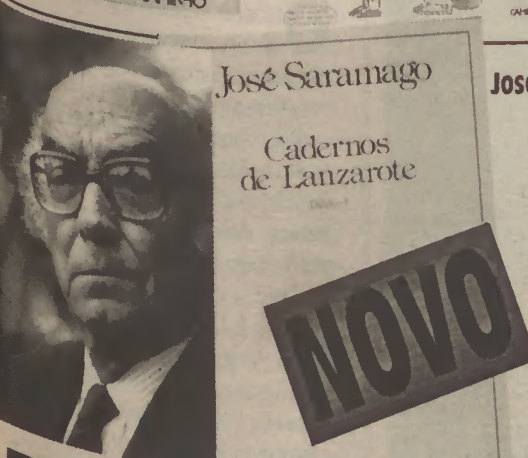
José Mattoso, Ana Magalhães e Isabel Alcáda, *Os Primeiros Reis. História de Portugal (I volume)*

Sophia de Mello Breyner Andresen, *Primeiro Livro de Poesia*
Roberta Giommi, *Programa de Educação Sexual (7 anos-10 anos)*

QUEM FAZ HOJE ANOS?

Maria Alberta Menêres, *Quem Faz Anos Hoje?*

7 ANOS



NOVO

Aproveite os preços da Festa!

Sоеiro Pereira Gomes, *Esteiros*

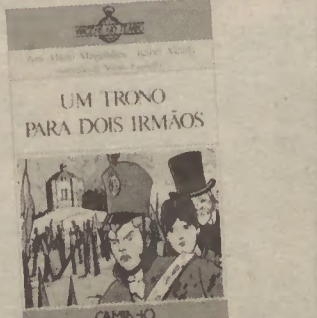
Ana Magalhães e Isabel Alcáda, *Um Trono para Dois Irmãos*

Alice Vieira, *Os Olhos de Ana Marta*

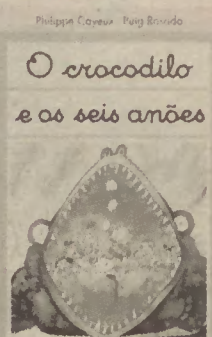
Alves Redol, *A Vida Mágica da Sementinha*

Alice Vieira, *A Bela Moura*

Philippe Cayeux, *O Crocodilo e os Seis Anões*



500\$00 cada título



400\$00 cada título

Aproveite os preços da Festa!

Ana Magalhães e Isabel Alcáda, *Uma Aventura Perigosa*

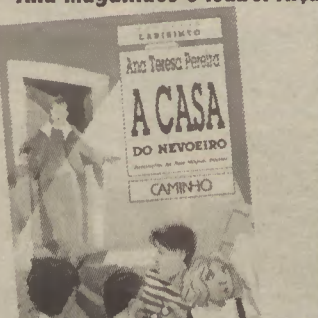
Amadeo Gigli, *O Que Contam as Estrelas*

Carlos Correia, Maria Alberta Menêres e Natércia Rocha, *O Mistério dos Cheques Carecas*

Fernando Bento Gomes, *Viagem pelo Mundo da Folia*

Ana Teresa Pereira, *A Casa do Nevoeiro*

Ana Magalhães e Isabel Alcáda, *Os Músicos Mágicos*



400\$00 cada título



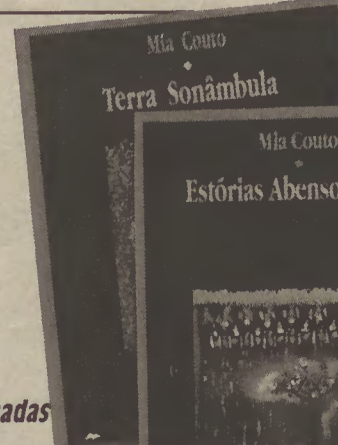
Aproveite os preços da Festa!

José Saramago, *Cadernos de Lanzarote*

Do autor:
A Noite
Que Farei com Este Livro?
Levantado do Chão
Os Poemas Possíveis
Memorial do Convento
Manual de Pintura e Caligrafia
Objecto Quase
O Ano da Morte de Ricardo Reis
Viagem a Portugal
Provavelmente Alegria
Deste Mundo e do Outro
A Bagagem do Viajante
A Jangada de Pedra
A Segunda Vida de Francisco de Assis
O Ano de 1993
História do Cerco de Lisboa
Os Apontamentos
O Evangelho Segundo Jesus Cristo
In Nomine Dei
Cadernos de Lanzarote

Mia Couto

Do autor:
Vozes Anoitecidas
Cada Homem
É Uma Rata
Cronicando
Terra Sonâmbula
Estórias Abensonhadas

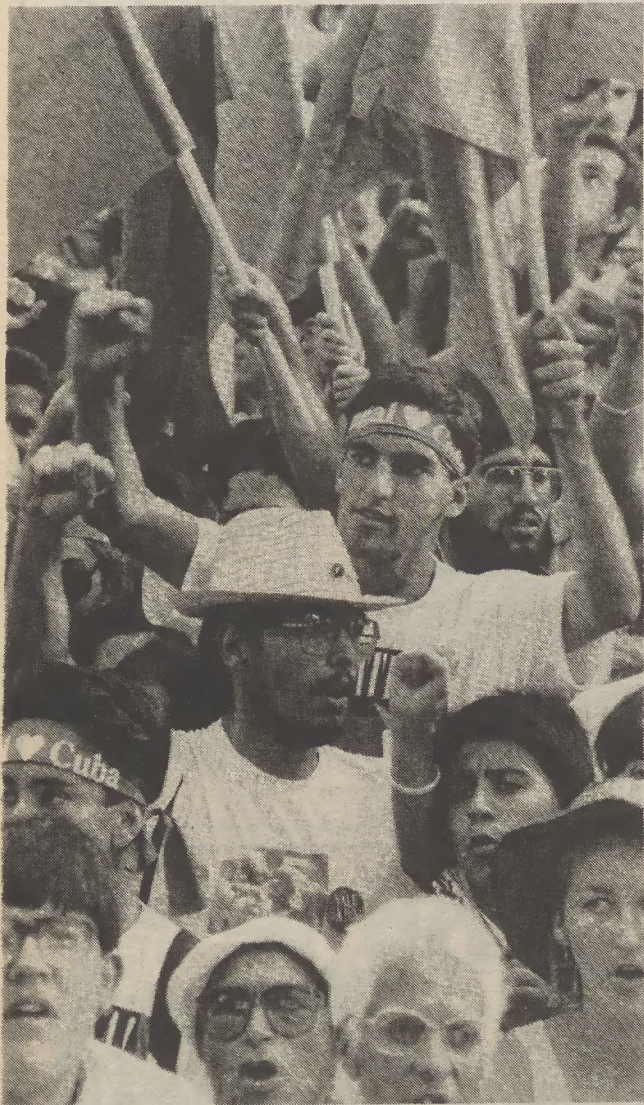


Grande variedade de discos e CD's • Brinquedos e Livros para os mais pequenos
Mais de duas dezenas de editoras representadas • Tudo a preços de Festa!

■ Albano Nunes

SOLIDARIEDADE

— imperativo de sempre!



1. A presença de numerosas delegações estrangeiras na Festa do "Avante!" - partidos comunistas e outras forças revolucionárias, partidos e organizações democráticas, movimentos de libertação nacional -, sendo já uma tradição que honra o nosso Partido e valoriza a nossa Festa, tem um significado político que importa sublinhar. Mostra que - ao contrário do que pretendiam e esperavam os nossos adversários - o PCP não está isolado na sua luta, que tem amigos sinceros em todo o mundo. E o facto de contarmos este ano na nossa Festa com mais presenças que em anos anteriores indica que as relações internacionais do nosso Partido não se estreitaram, antes se alargam e diversificam.

2. A componente internacional da nossa Festa confirma também - ao contrário do que esperavam e apregoavam os profetas do "fim da História" - que por toda a parte há forças que não desistem perante a dureza da luta, não se submetem ao diktat do capital, resistem e prosseguem com confiança a luta nos respectivos países pela democracia, o progresso social e o socialismo.

Alegra-nos profundamente que a Festa do "Avante!" se tenha tornado num importante ponto de encontro anual dos comunistas e outros progressistas vindos de todos os continentes, numa expressiva manifestação de solidariedade internacionalista.

3. Partido revolucionário da classe operária e de todos os trabalhadores tendo como objectivo a construção em Portugal de uma sociedade livre da exploração e da opressão de classe, o PCP coloca no primeiro plano da sua actividade internacional o desenvolvimento das relações com os partidos comunistas e outras forças revolucionárias e o fortalecimento da sua cooperação e solidariedade internacionalista.

É sem dúvida indispensável prosseguir o exame e a reflexão aprofundada sobre o que é na actualidade o movimento comunista, suas componentes, fronteiras, formas de relacionamento, alianças. As exigências da luta libertadora neste findar de século tornam a nosso ver necessária uma profunda renovação do movimento comunista e revolucionário. Simultaneamente, rejeitamos as campanhas sobre a pretensa "ultrapassagem histórica" do movimento comunista e o "declínio irreversível" dos partidos comunistas e combatemos teorizações tendentes à liquidação, dissolução e descaracterização social-democratizante dos partidos comunistas, ao afrouxamento dos laços de cooperação e solidariedade entre si, à sua diluição no seio de sistemas de alianças mais amplas de forças democráticas, pacifistas, ambientalistas e outras.

Apesar dos sérios problemas que enfrenta, o movimento comunista é uma realidade que continua e, assimilando as lições da experiência e com uma composição renovada, mantém-se como uma necessidade para a superação revolucionária do capitalismo. A existência de fortes laços de cooperação e solidariedade entre os comunistas de todo o mundo não serve objectivos sectários e, não só não se contrapõe, como é necessária para promover a mais ampla cooperação de todas as forças democráticas e progressistas.

4. O problema das relações entre comunistas e social-democratas reveste-se de uma grande actualidade, particularmente na Europa. Por um lado, pela necessidade de apontar às massas reais alternativas à política de direita. Por outro lado, porque os sectores dominantes da social-democracia, encorajados pelas derrotas do socialismo na URSS e na Europa de Leste, consideram estar perante uma oportunidade histórica para hegemonizar, absorver e derrotar os partidos comunistas.

Motivos para o entendimento e cooperação de comunistas, socialistas e social-democratas não faltam. A ofensiva violenta e concertada do grande capital contra o mundo do trabalho; o desenvolvimento de tendências autoritárias com graves limitações dos direitos democráticos; o avanço de forças nacionalistas, racistas e de extrema-direita; a imoral exploração e dramática situação dos povos do "Terceiro Mundo"; o acentuar da política intervencionista do imperialismo; o agravamento de problemas globais que ameaçam o futuro da própria Humanidade - tudo isto exige a mais ampla concertação de esforços, por cima de barreiras programáticas e ideológicas. Infelizmente, porém, o entendimento não avança. As direcções dos partidos social-democratas, seguindo disciplinadamente as directrizes da Internacional Socialista, permanecem surdas ao apelo unitário que vem das massas e das

suas lutas, revelam-se incapazes de tirar lições dos reveses sofridos e da crise em que mergulharam numerosos partidos desta "família política", continuam a aliar-se com a direita e/ou a adoptar a política desta e a rejeitar o entendimento e a cooperação com os comunistas.

Quer isto dizer que há que desistir de procurar o entendimento e a acção unitária, ainda que conjuntural e circunscrita a objectivos limitados? De modo nenhum. É, aliás, necessário levar em consideração dois aspectos muito importantes. Por um lado, a heterogeneidade da social-democracia onde existem correntes realmente de esquerda anticapitalista. Por outro a clivagem que se verifica na generalidade dos partidos socialistas e social-democratas entre as "cúpulas" (que praticam uma política direitista enfeudada ao capital) e a sua base política eleitoral de apoio (que intervém activamente na luta social e mesmo em importantes lutas políticas à revelia daquelas). Situação idêntica se verifica no movimento sindical reformista dominado pela teoria da colaboração de classes.

Mas para que sejam possíveis entendimentos que respondam aos interesses da democracia e das massas populares é necessário que os comunistas não abdicuem da sua autonomia política e independência ideológica, antes afirmem com clareza o seu projecto e a sua identidade própria. Se há uma fronteira clara para o movimento comunista,

essa é a fronteira com a social-democracia. Transpô-la equivale à liquidação da natureza de classe e revolucionária de um partido comunista. O antigo PCI deu o passo com as consequências dramáticas que se conhecem.

5. O fortalecimento dos laços de amizade, cooperação e solidariedade dos comunistas, das forças progressistas, dos trabalhadores e dos povos é uma tarefa fundamental da hora presente. Não para diminuir mas para potenciar o desenvolvimento da luta no plano interno de cada país. Não para importar soluções e copiar experiências, mas para aprender com as soluções e a experiência dos outros. Não para criar partidos e estruturas de âmbito supranacional - como estão fazendo os partidos da direita e a social-democracia - mas para a voluntária conjugação de esforços, no respeito pela diferença e identidade de cada um.

Ao contrário de certas teorias especulativas que consideram ultrapassado o conceito de Estado-nação, a experiência confirma que o marco nacional continua a ser decisivo na luta libertadora. Simultaneamente, o avanço dos processos de internacionalização e integração, a estratégia planetária do grande capital, o peso crescente das estruturas de poder supranacionais, a ofensiva concertada e generalizada do imperialismo contra os trabalhadores e os povos são realidades que exigem o fortalecimento dos laços de solidariedade internacional, a acção concertada dos comunistas e das forças democráticas e progressistas. O seu isolamento, dispersão e divisão só podem facilitar, ao nível de cada país e no plano internacional, a concretização dos projectos de revanche social e hegemonia mundial do imperialismo.

6. Na presente situação, consideramos particularmente importante a cooperação internacional para fazer frente à brutal ofensiva contra conquistas históricas dos trabalhadores para combater o flagelo do desemprego, a desregulação das relações laborais, a política de baixos salários, os atentados contra o direito ao ensino, à saúde, à segurança social. As grandes lutas que têm tido lugar na generalidade dos países da Comunidade Europeia e noutros países capitalistas desenvolvidos tornam legítimo admitir que com uma intervenção mais articulada no plano internacional, será possível impedir a brutal regressão soci-



Uma das iniciativas internacionais promovidas pelo PCP - o Colóquio sobre a crise na Europa comunitária, realizado em Março. Nele participaram, com os comunistas portugueses, representantes do PSD da Alemanha, do PCF, do PCE, do PCG e do Partido da Refundação Comunista, de Itália

A capital do internacionalismo

O espaço internacional da Festa do «Avante!» proporciona aos visitantes uma oportunidade única para conhecer melhor outros povos e outros combates, para dar e receber fortes e fraternos abraços de solidariedade. Cidade por três dias, a Festa pode bem ser olhada como a capital do internacionalismo



al que o grande capital pretende impor. Consideramos urgente redobrar os esforços para erguer um vasto movimento de opinião pública contra o racismo, a xenofobia, o neofascismo, cujo desenvolvimento constitui uma seriíssima ameaça para as próprias liberdades democráticas. Consideramos necessário unir as forças democráticas e amantes da paz na luta contra o militarismo e contra a arrogante política intervencionista do imperialismo e desenvolver ainda mais o já vasto movimento internacional de solidariedade com Cuba e com todos os povos vítimas da ingerência e agressão do imperialismo. Importa não esquecer que as vitórias históricas (como a do ANC na África do Sul), sendo, em primeiro lugar, fruto da luta dos respectivos povos, são inseparáveis de poderosos movimentos de solidariedade internacionalista.

Estas são algumas direcções concretas para o desenvolvimento de acções de solidariedade internacionalista em que o PCP se encontra profundamente empenhado. É esse o sentido das iniciativas internacionais que temos promovido em Portugal, como o Colóquio sobre a crise na Europa comunitária que realizámos em Março, e em que participaram connosco representantes do Partido do Socialismo Democrático da Alemanha, Partido Comunista Francês, Partido Comunista de Espanha, Partido Comunista da Grécia e Partido da Refundação Comunista de Itália. É esse o sentido do nosso empenhamento na constituição no Parlamento Europeu, do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia, integrando os comunistas e outros progressistas de Portugal, Espanha, França, Grécia e Itália. É esse o sentido da dimensão internacional da nossa Festa do «Avante!» e das iniciativas de informação, debate e solidariedade que nela promovemos.

7 Os atrasos e debilidades que hoje se manifestam no terreno da cooperação dos comunistas e das outras forças progressistas podem ser vencidas. A política de exploração e opressão capitalista atinge todas as classes e camadas não monopolistas e fornece uma base objectiva para a sua cooperação. Os trabalhadores dos países capitalistas desenvolvidos e os povos do Terceiro Mundo defrontam no capital transnacional o mesmo adversário. Agravados pela crise do capitalismo, manifestam-se problemas de carácter global cuja solução interesse vitalmente toda a Humanidade. É este terreno objectivamente favorável que reclama a iniciativa perseverante dos comunistas. Particularmente em direcção à nova geração. A Juventude, devidamente informada e esclarecida, estará como sempre disponível para abraçar as grandes causas libertadoras e tomar lugar nas primeiras linhas dos grandes momentos de solidariedade internacionalista.



É fácil vir e voltar

Barcos

Lisboa-Cacilhas: horários normais, com frequência de 15 a 20 minutos

Cacilhas-Lisboa (Cais do Sodré): sábado, até às 02.45 h; no domingo até às 02.00 h. Com frequência de 20 minutos das 24.00 às 02.00 h.

Estão asseguradas carreiras da RN de Cacilhas para a Quinta da Princesa e Medideira e volta, de acordo com as necessidades. O regresso da Quinta da Princesa e da Medideira conjugado com o horário dos barcos, assegura, nos 3 dias da Festa, transportes até às 02.00 h. com a frequência necessária ao escoamento de todos os passageiros (aprox. 15/15 minutos). (No domingo até à 01.00 h.).

Carreira Especial			
Terreiro do Paço – Seixal			
HORÁRIO			
3 SETEMBRO SÁBADO		4 SETEMBRO DOMINGO	
Lisboa	Seixal	Lisboa	Seixal
09.25	10.00	09.25	10.00
10.35	11.10	10.35	11.00
11.45	12.20	11.45	12.20
12.55	13.30	12.55	13.30
14.05	14.40	14.05	14.40
15.15	15.50	15.15	15.50
16.25	17.00	16.25	17.00
17.35	18.10	17.35	18.10
18.45	19.20	18.45	19.20
19.55	20.30	19.55	20.30
21.05	21.40	21.05	21.40
22.15	22.50	22.15	22.50
23.25	24.00	23.25	24.00
00.35	01.10	00.35	01.10
01.45	02.20	01.45	
02.55			

Autocarros

Cacilhas-Quinta da Princesa – (Via Talaminho)

Sábado, até às 2 horas
No domingo, até às 00.30 horas com a frequência necessária ao escoamento de todos os passageiros (aprox. 15 em 15 minutos).

Cacilhas-Quinta da Medideira

(Junto ao Campo do Amora)

Carreira 113 – Cacilhas-Paio Pires
Carreiras 112 e 114 – Cacilhas-Seixal
Bilhete a bordo: 250\$00
Pré-comprado inteiro M4-148\$00

Amadora-Atalaia – (Quinta da Princesa)

Vai-vem Amadora/Atalaia – com partidas do Parque Central da Amadora

Horários

Dias 3 e 4 – Sábado e Domingo
Amadora, das 0.800 às 22.00 h
Atalaia, das 09.00 à 01.00 h

Preços

Bilhete Ida – 500\$00
Ida e Volta – 700\$00
As crianças até aos 12 anos não pagam.

Baixa da Banheira-Medideira

Percursos	Bilhete Bordo	Pré-Comprados	
		Inteiro	Meio
Baixa Banheira-Quinta Medideira	420\$	M9=333\$	M4=148\$
Lavradio-Quinta Medideira	390\$	M8=296\$	M4=148\$
Barreiro-Quinta Medideira	380\$	M8=296\$	M4=148\$
Quinta Lomba-Quinta Medideira	350\$	M7=259\$	M4=148\$
Palhais-Quinta Medideira	325\$	M7=259\$	M4=148\$
S.A. Charneca(x)-Quinta Medideira	325\$	M7=259\$	M4=148\$
Coina-Quinta Medideira	290\$	M6=222\$	M3=111\$
Paio Pires(x)-Medideira	215\$	M4=148\$	M2= 74\$
Palmeirinha-Quinta Medideira	215\$	M4=148\$	M2= 74\$
Paio Pires-Quinta Medideira	150\$	M3=111\$	M1= 37\$
Torre C. Água-Quinta Medideira	150\$	M3=111\$	M1= 37\$

Cascais-Atalaia

Dias 3 e 4 de Setembro com partida às 08.30 h e regresso às 24.30 e 01.00 horas.

Inscrições no CT do PCP
Partida: Alto do Pires/Cascais

Horário:

Sábado e Domingo. Ida – 10.30/11.30/12.30/13.30/15.00 /16.00/18.00/19.30/20.00/21.00 h. Regresso – 18.00/19.00 /20.00/21.00/22.00/22.30/23.00/23.30/00.00/00.30/01.00 /01.30/02.00 h.

Ao serviço dos visitantes

Com vista a responder a necessidades várias do visitante, funcionam durante os três dias da festa um conjunto de serviços que se encontram assinalados no mapa do terreno da Festa:

- Parque de campismo - Para os que optam por fazer campismo, existe um parque para esse efeito localizado junto à entrada da Medideira.
- Multibanco - Três caixas Multibanco estão espalhadas pelo terreno, designadamente junto ao Auditório 1.º de Maio, a meio da Alameda do «Avante!» e na Alameda da Liberdade.
- Telefones - Seis telefones públicos estão ao dispor dos visitantes, quatro deles concentram-se na Alameda da Liberdade, um na Alameda do «Avante!» e outro no Largo do Desporto.
- Posto de saúde- Funcionará durante a Festa um Posto de Saúde situado na Alameda do Avante!
- Sanitários - Quatro casas de banho distribuem-se ao longo da festa designadamente, junto à Festa do Livro e do Disco, perto do Bar 25 de Abril, na Alameda da Solidariedade e junto aos Pioneiros
- Informações - Para qualquer informação o visitante poderá dirigir-se ao respectivo posto, situado na Alameda 25 da Liberdade, onde também funciona uma secção de perdidos e achados.



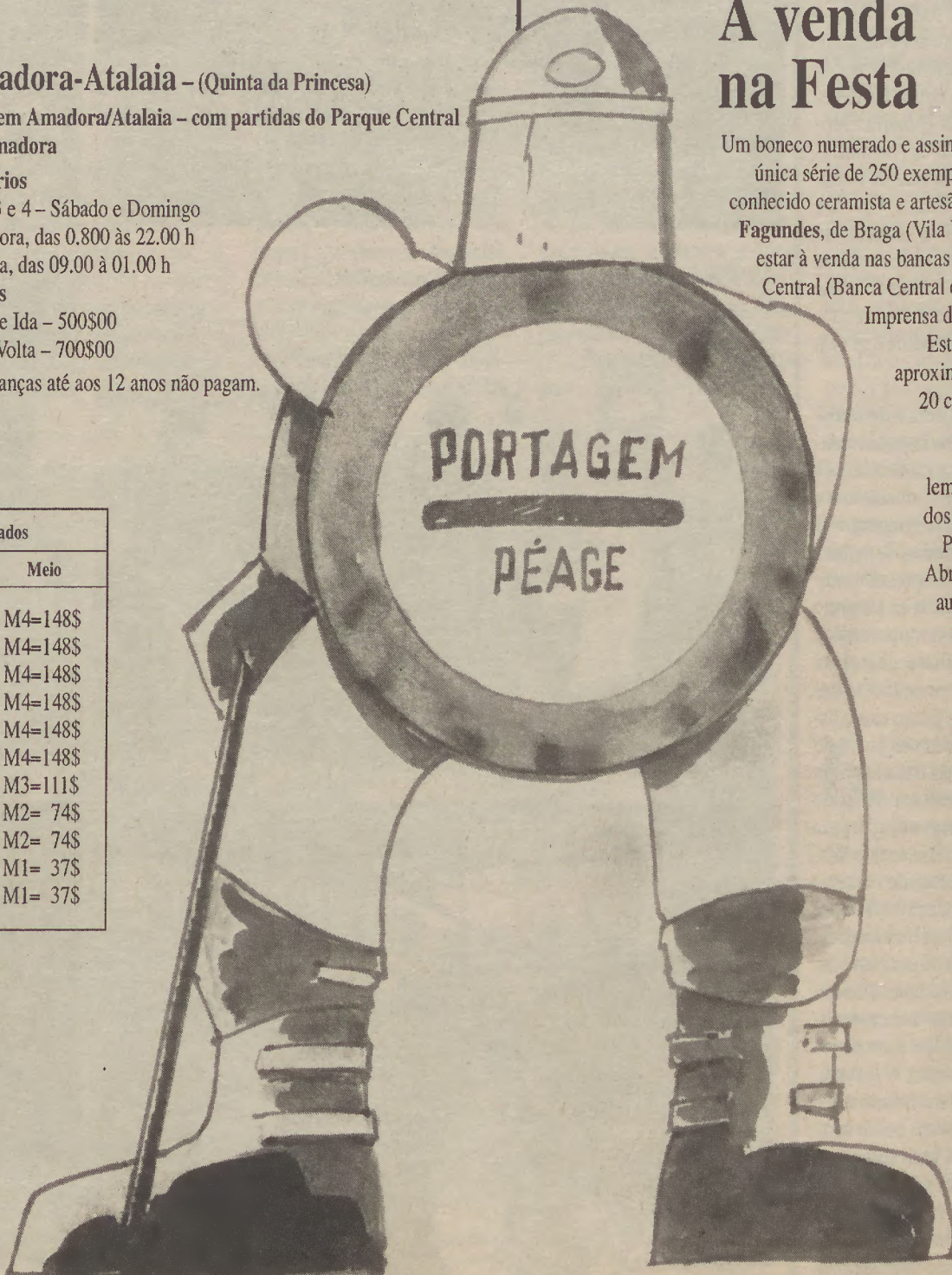
A medalha da Festa

A assinalar a XVIII Festa do Avante, será editada uma medalha, em bronze pintado, da autoria do escultor José Aurélio, que ofereceu o respectivo projecto. A medalha, realizada a convite da Direcção da Festa do Avante, tem uma edição limitada de 500 exemplares numerados e assinados pelo autor, e pode ser adquirida na Festa pelo preço de 2500\$00. Estará à venda, durante a Festa, nas bancas do Espaço Central e do Espaço dedicado à Organização e Imprensa do Partido, entre outras. Quem preferir, pode, no entanto, adquirir desde já a Medalha da Festa do Avante/94, por 2250\$00, no CT da Soeiro Pereira Gomes, no CT da António Serpa e mesmo na Atalaia. Os pedidos de reserva podem ser feitos para o Gabinete da Festa do Avante, no CT da António Serpa.

À venda na Festa

Um boneco numerado e assinado, numa única série de 250 exemplares, pelo conhecido ceramista e artesão **Arlindo Fagundes**, de Braga (Vila Verde), vai estar à venda nas bancas do Espaço Central (Banca Central e Banca da Imprensa do Partido).

Esta peça tem aproximadamente 20 centímetros de altura e pretende lembrar a luta dos utentes da Ponte 25 de Abril contra o aumento das portagens.



Os comunistas e as grandes questões da actualidade política

Em foco na Festa

COMÍCIO

Domingo, 17h
Palco 25 de Abril

Intervenções de
Nuno Costa, do Executivo da DN da JCP
Carlos Brito, director do "Avante!"
Álvaro Cunhal, presidente do Conselho Nacional do PCP
Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP

COLÓQUIOS

No Forum do Espaço Central

Sábado

14h30
"As responsabilidades sociais do Estado
no domínio da saúde, educação e segurança social"
com Edgar Manuel Esteves, Fernando Marques,
Maria do Carmo Tavares, Paulo Fidalgo

17h30
"Cumprir ou adular a Constituição?"
com Luís Sá, Carlos Brito, João Amaral, Américo Nunes

21h30
"O desemprego não é uma
fatalidade - As propostas do
PCP para mais e melhor
emprego"
com Agostinho Lopes,
Jerónimo de Sousa, José
Ernesto Cartaxo, Luís Vicente
Merendas, Francisco Vieira

Domingo

14h30
"A Europa que queremos,
a Europa por que lutamos"
com Albano Nunes, Joaquim
Miranda, Sérgio Ribeiro, Ana
Serrano, Carlos Amaro, Carlos
Carvalho

15h00
"O papel da imprensa
do PCP hoje"
com Blanqui Teixeira e
Leandro Martins
(na zona da imprensa do
Partido, no Espaço Central)

No Espaço Internacional

DEBATES COM PARTICIPAÇÃO DE DELEGAÇÕES ESTRANGEIRAS

Sábado

15h00
"Solidariedade com Timor-Leste"
17h00
"A unificação da Alemanha e a situação actual"
21h30
"Cuba sim, bloqueio não"
22h30
"Solidariedade com o povo de Angola"

Domingo

15h00
"A situação na Itália - A posição dos comunistas"
21h30
Entrega simbólica da contribuição da Festa
para a campanha de solidariedade
"Cuba sim, bloqueio não"



Primeira noite no Palco 25 de Abril

Um sopro de Ary

O palco chama-se «25 de Abril». Vinte anos depois de 1974 esta festa da liberdade, de nome Festa do «Avante!», programou para o seu espaço artístico mais importante um momento especial de abertura: Carlos do Carmo foi o foco em torno do qual luziram ontem os 20 anos da Revolução dos Cravos, através dos versos de um poeta, desaparecido há dez anos, homem empenhado nesse processo que mudou radicalmente a sociedade portuguesa, operário das palavras de centenas de canções, talento frutuoso, transbordante - Ary dos Santos, em suma.

No início da noite de ontem soaram os primeiros acordes da versão da Carvalhosa, gravada em 1985 e que desde então tem servido - entre outras utilizações públicas - como «sinal» para o público da Festa, de início dos espetáculos no palco principal. Mas, em vez da apresentação imediata de um artista, findos os seis minutos e oito segundos que dura o tema, acendem-se as luzes vermelhas do palco e milhares de watts de som debitam uma sequência de músicas alusivas ao 25 de Abril de 1974: uma versão coral de «Grândola, vila morena», a senha radiofónica que lançou o golpe revolucionário; a por muitos chamada «Marcha do MFA», utilizada como indicativo para a transmissão dos comunicados do movimento revoltoso, na verdade uma marcha inglesa intitulada «March in the Ocean Waves»; e aquela que seria uma

das canções mais populares escritas imediatamente após a queda do fascismo, «Portugal Ressuscitado», com letra de

Após esta sequência, as luzes do palco desligam-se. Ouve-se a voz de Ary dos Santos. O poema por si dito chama-se «A Fábrica». Ary fala da arte do trabalho, da arte das palavras, do tempo de festa, do tempo de Abril. Quando o público, findo o poema, começa a aclamar o poeta, um foco ilumina um dos cantos do palco e de lá surge Carlos do Carmo, a cantar o «Novo Fado Alegre». Começaram assim, vinte anos depois do 25 de Abril, os espetáculos no palco principal da Festa do «Avante!».

presença de muito público, doseou sabiamente ao longo da sua actuação as palavras e as canções. Anunciando a intenção de «falar de Ary especialmente aos que têm menos de 30 anos» - e eram muitos ali presentes - o cantor soube sempre encontrar o tom certo, não transformando a sua actuação numa hipotética aula professoral dada ao ar livre, mas antes procurando o pormenor da vida do poeta, a pequena história sobre o processo de escrita de determinada canção, o episódio que ilustrava alguns dos traços marcantes da personalidade de Ary.



Laurent Filipe e a Orquestra Som do Mundo

Ary dos Santos e onde o refrão cantava, *Agora, o Povo Unido/nunca mais será vencido/nunca mais será vencido.*

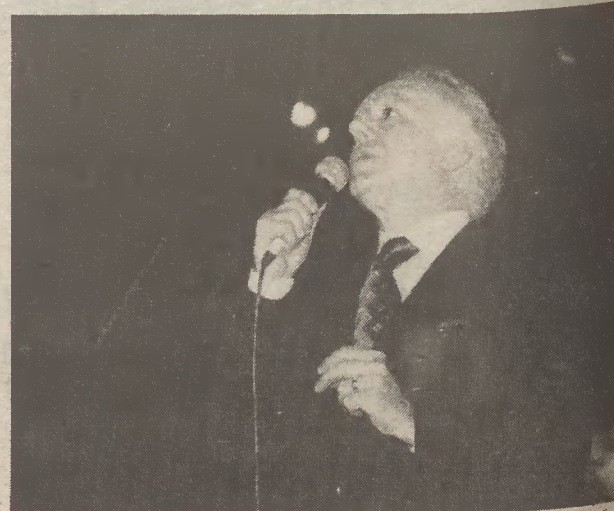
O tom certo

Carlos do Carmo, num regresso à Festa saudado com a

O resto foram as canções: encantadoras, arrebatadoras, sempre e sempre generosas com a vida e com as pessoas que a fazem.

Carlos do Carmo canta as palavras com carinho. Esta qualidade faz dele sem dúvida nenhuma um grande cantor - um dos maiores no nosso país, decerto - mas com certeza em algo mais: Carlos do Carmo é, talvez, o maior comunicador de canções em português. Em

nal citação do clássico do jazz, «Killer Joe», dir-se-ia ter acon-



Carlos do Carmo

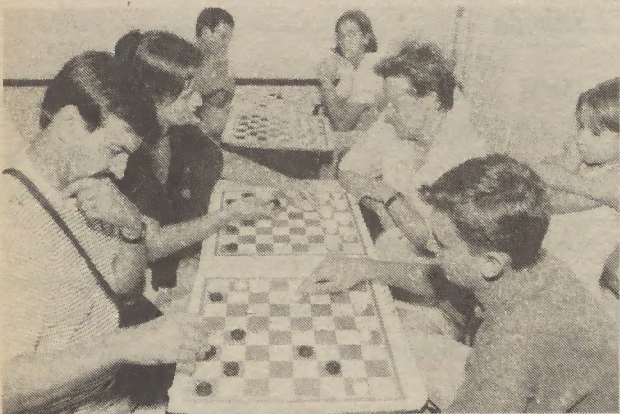
Fado, pois claro, com o saber que ontem se reviu na Atalaia. Um momento que, por si só, poderia servir para fazer a história desta edição da Festa do «Avante!».

Mas houve mais: rápida mudança de palco deu lugar à actuação da orquestra de Laurent Filipe - a Orquestra Som do Mundo - onde da salsa, ao ska, terminando com uma origi-

tecido uma viagem musical bem apropriada para desembocar em Cuba e na banda de Omara Portuondo, que ontem fechou a noite.

Nos outros palcos muita outra música aconteceu. Hoje e amanhã muita música vai acontecer. A Festa só agora começou. Gozemos e falemos dela depois.

PT



O desporto abriu em grande o seu programa e tem um ponto alto domingo de manhã, com a popular Corrida da Festa

Ai Cuba, Cuba yo quiero bailar tú Salsa

Por toda a Festa sente-se a presença da solidariedade com Cuba, expressa na afirmação inscrita no símbolo da campanha que decorre na Atalaia ao longo destes três dias. «Cuba sim, bloqueio não», é a frase que se pode ler nos vários locais do terreno da Festa do «Avante!». Assumida a intenção de assim expressar o apoio do PCP à luta contra o criminoso cerco económico norte-americano à ilha, essa frase é, antes de mais nada, uma simbólica saudação dos comunistas portugueses ao povo cubano.

Os nove músicos que ontem no Palco 25 de Abril estiveram com Omara Portuondo a encerrar a primeira noite da edição da Festa corresponderam a esse abraço enviado de Portugal com mais de uma hora de espectáculo palpitante, colorido, ritmado, corporal, dançável - escolha-se qualquer dos estereótipos habitualmente utilizados para definir a boa música latino-americana - comoventemente acrescentada do tempero dado pela firmeza convicta da justiça do pensamento; o sal da certeza da possibilidade de alcançar o irrealizável; a leve pitada ácida sempre presente no mais orgulhoso, digno, mesmo se discreto, gesto de obstinação.

«Que viva Cuba, que viva Cuba» não foi mas pareceu o refrão de todas as canções, o comando de todos os gestos, a tónica de todos os acordes, o canal de todas as comunicações.

Afinal, o que no palco e na plateia se pretende fazer viver não tem nada a ver com falta de vigor, brandura, frouxidão, moleza. Afinal, no palco e na plateia, cantou-se a causa, a energia, o poder,

a força que fez mover a Revolução Cubana e homens como aquele Comandante recordado na Atalaia, em coro com o público, por uma das maiores cantoras cubanas da música tradicional do seu país, ao reinterpretar a mais célebre canção dedicada a Che Guevara.



Omara Portuondo

«Que viva Cuba, que viva Cuba». Dançado e cantado na afectividade contagiante da Salsa com prazer, alguma volúpia e sensualidade, divertimento, pura alegria.

Hiperbólica humanidade esta, que na sua complexidade de sentimentos, destrói o óbvio e avista novidade até no refrão, tão simples, do primeiro tema interpretado pela banda de Omara Portuondo: «Ai Cuba, Cuba! yo quiero bailar tú Salsa». Também nós queremos dançar esta Salsa.

PT